



**UFPB  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

**IARA DE SOUZA JANUÁRIO**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A PERMANÊNCIA  
DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
TECNOLÓGICA**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2024**

IARA DE SOUZA JANUÁRIO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A PERMANÊNCIA  
DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (Ppgaes), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, na linha de pesquisa Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Geglio.

JOÃO PESSOA - PB

2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

J35p Januário, Iara de Souza.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil e a permanência de estudantes no ensino médio de formação profissional tecnológica / Iara de Souza Januário. - João Pessoa, 2024.

108 f. : il.

Orientação: Paulo César Geglio.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Assistência estudantil. 2. Educação profissional.  
3. Permanência estudantil. 4. Auxílio financeiro. 5.  
Ensino médio técnico. I. Geglio, Paulo César. II.  
Título.

UFPB/BC

CDU 364-22-057.87(043)

IARA DE SOUZA JANUÁRIO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A PERMANÊNCIA  
DE ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL  
TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Linha de pesquisa: Avaliação e financiamento da educação superior como requisito como requisito para defesa final.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Geglío.

Data de aprovação: 15/05/2024

**Banca Examinadora**

Documento assinado digitalmente



**PAULO CESAR GEGLIO**  
Data: 25/06/2024 11:28:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Cesar Geglío – Orientador PPGAES/UFPB  
Presidente

Documento assinado digitalmente



**MARIANA LINS DE OLIVEIRA**  
Data: 25/06/2024 13:20:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira – PPGAES/UFPB

Documento assinado digitalmente



**JEANE FELIX DA SILVA**  
Data: 25/06/2024 14:07:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jeane Félix da Silva – UFAL Membro Externo à Instituição

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa uma conquista pessoal e profissional. Por isso, expresso meu sincero e afetuoso agradecimento a todos que contribuíram direta e indiretamente durante o período do mestrado.

Meu eterno agradecimento à minha amiga Bruna Toso, que me incentivou e colaborou no início da pesquisa.

Agradeço à minha família por acreditar nos meus objetivos e torná-los também seus.

Agradeço ao IFPB por possibilitar a qualificação de seus servidores técnicos administrativos, em especial ao *Campus* Santa Rita.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação PPGAES e seus professores que fizeram parte da formação da Turma 8, em especial ao meu orientador, Professor Dr. Paulo César Geglio, a quem sou extremamente grata pela orientação, empenho e paciência. Às Professoras membros da banca examinadora, Mariana Lins e Jeane Felix, agradeço pelas contribuições a esta pesquisa desde o momento da qualificação.

Foi um período de partilha de muito conhecimento, ao discutirmos com afinco sobre a educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos estudantes do *Campus* Santa Rita, que são a razão desta problemática de pesquisa, minha gratidão pela ajuda na coleta dos dados.

Por fim, agradeço por ter feito parte da Turma 8 do PPGAES, colegas de diferentes setores e *campi* do IFPB e UFPB, com quem compartilhei o mesmo objetivo e criei laços de amizade para a vida. Somente eu e Deus sabemos o quanto essa caminhada foi importante!

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Situação de matrículas do IFPB do <i>campus</i> Santa Rita no ano de 2022.....	65
<b>Figura 2</b> – Taxa de evasão do IFPB do <i>campus</i> de Santa Rita no ano 2017.....	66
<b>Figura 3</b> – Taxa de evasão do IFPB <i>Campus</i> Santa Rita no ano 2022.....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Autoidentificação de cor/raça dos estudantes.....	69
<b>Gráfico 2</b> – Vínculo atual do estudante com o IFPB.....	73
<b>Gráfico 3</b> – Ocupação dos genitores/responsáveis pelo grupo familiar.....	74
<b>Gráfico 4</b> – Escolaridade dos pais dos estudantes.....	86

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil.....	26
<b>Quadro 2</b> – Comparativo dos programas da PAE 2011 e da PAE reformulada 2018.....	53
<b>Quadro 3</b> – Síntese da Política de Assistência Estudantil do IFPB - RESOLUÇÃO- CS Nº 16, DE 02 DE AGOSTO DE 2018.....	54
<b>Quadro 4</b> – Pontuação do Índice de Vulnerabilidade Social.....	58
<b>Quadro 5</b> – Orçamento da assistência estudantil do IFPB no período de 2016-2022.....	60
<b>Quadro 6</b> – Programas de Assistência Estudantil nas IFES.....	61
<b>Quadro 7</b> – Orçamento da assistência estudantil nos anos de 2017-2022 para o campus Santa Rita do IFPB.....	67
<b>Quadro 8</b> – Forma de ingresso no IFPB.....	69
<b>Quadro 9</b> – Número de integrantes por família.....	70
<b>Quadro 10</b> – Relação entre Renda familiar dos estudantes e quantidade de integrantes.....	71
<b>Quadro 11</b> – Escolaridade e ocupação dos genitores.....	74
<b>Quadro 12</b> – Respostas à pergunta “Por que escolheu o IFPB”.....	76
<b>Quadro 13</b> – Respostas à pergunta “Por que escolheu esse curso”.....	78
<b>Quadro 14</b> – Respostas à pergunta “Existe diferencial entre o IFPB e outras escolas”.....	82
<b>Quadro 15</b> – Respostas à pergunta “Existem dificuldades para permanecer no curso”.....	84
<b>Quadro 16</b> – Respostas à Pergunta “O que você pensa sobre o processo de seleção do auxílio estudantil”.....	89



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AE – Assistência Estudantil

BM – Banco Mundial

CEFET – Centros Federais de Educação Tecnológica

CCS – Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde

CTP – Companhia de Tecidos Tibiri

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAEST – Coordenação de Apoio ao Estudante

DAE – Departamento de Assistência ao Estudante

DAEST – Departamento de Assistência Estudantil

EaD – Educação a Distância

EP – Educação Profissional

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IF's – Institutos Federais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

IFNMG – Instituto Federal de Minas Gerais

PNE – Plano Nacional de Educação

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PAPE – Programa de Apoio à Permanência do Estudante

REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PPGAES – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PRAE – Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RIMEPES – Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

UNE – União Nacional dos Estudantes

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## RESUMO

A pesquisa aborda a implementação da assistência estudantil por meio da concessão de auxílio financeiro aos estudantes do ensino médio técnico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* de Santa Rita. O problema de pesquisa investiga a percepção dos estudantes sobre o impacto do auxílio financeiro em sua permanência nos cursos da instituição. Para isso, foi realizado um levantamento de dados por meio de um questionário eletrônico aplicado a um grupo de 23 estudantes dos cursos de Meio Ambiente e Informática. O estudo também incluiu informações pessoais, sociais, econômicas e familiares dos estudantes, visando identificar seu perfil socioeconômico e compreender a importância do auxílio e sua relação com a permanência nos cursos. Os resultados indicam que os estudantes têm uma visão positiva do auxílio financeiro, pois os motiva a continuar e concluir os cursos, especialmente devido às oportunidades que proporciona no mercado de trabalho. Além disso, os dados revelam que a qualidade do ensino oferecido pela instituição é um fator diferencial na busca por emprego, e as dificuldades financeiras representam um obstáculo para a permanência dos estudantes. Assim, o auxílio financeiro é considerado fundamental para o sucesso dos estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** assistência estudantil; educação profissional; permanência.

## **ABSTRACT**

The research deals with student assistance by granting financial aid for technical High School students of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Paraíba, Brazil, located on the Santa Rita *campus*. This study research problem refers to the students' perceptions of the influence of financial assistance on their permanence in the programs offered by the institution. To do so, data were collected from a group of 23 students of Environmental and Computing studies through an electronic questionnaire. The study also considered personal, social, economic, and familiar data to identify their socioeconomic status to comprehend the relevance of the assistance and its relation to students' permanence in the program. The results showed a positive perception of students about the financial aid for permanence as it motivates them to continue and conclude the courses, above all, because they qualify them for a good opportunity in the labor market, which is fundamentally relevant. Data also pointed out that the quality of the teaching offered by the institution plays a role in getting a position in the labor market, and that financial difficulties are an impediment to permanence, therefore, assistance is fundamental for them.

**KEYWORDS:** student assistance; professional education; permanence.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO.....	21
CAPÍTULO II – A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	24
2.1 Os parâmetros de avaliação de políticas públicas na abordagem da política de assistência estudantil.....	35
CAPÍTULO III – A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA.....	39
3.1 O PNAES E SUA ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO IFPB.....	50
CAPÍTULO IV – O PNAES COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NOS INSTITUTOS FEDERAIS: O CASO DO IFPB CAMPUS SANTA RITA.....	63
4.1 O IFPB CAMPUS SANTA RITA.....	63
4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	68
4.3 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS COM OS ESTUDANTES.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES.....	103
APÊNDICE A – Perguntas que construíram o questionário aplicado com discentes, via Google Forms.....	103
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	104
APÊNDICE C – Produto Técnico-Tecnológico.....	107

## INTRODUÇÃO

A educação é uma prática social e se tornou um direito humano, advindo da Declaração Universal de 1948 e reiterado pela Declaração de Direitos dos Humanos de Viena de 1993. Partindo dessa perspectiva ampliada, a educação se torna uma política pública consolidada pela carta constitucional, após debates e lutas que perpassaram vários períodos históricos. É um direito em si mesmo e, também, um meio indispensável para a promoção de outros direitos. Como bem afirma Kowalski (2012), a ascensão dos direitos, independentemente de quais sejam eles, em geral, é resultado de lutas e conquistas sociais, num processo histórico cheio de adversidades, em que as necessidades e aspirações são articuladas em reivindicações, no embate de peleja, até serem reconhecidos legalmente como direitos.

A educação se divide em formal, informal e não formal, estabelecida tomando por base o espaço escolar. Gohn (2006) faz a seguinte diferenciação: educação formal: desenvolvida nas escolas, com conteúdos demarcados; educação informal: aprendida durante o processo de socialização - na família, com amigos etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; educação não formal: aprendida 'no mundo da vida', nos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas.

Um dos teóricos de maior influência ao modelo de educação atual foi o italiano Antonio Gramsci, que defendeu a educação como todo e qualquer processo de formação humana, desenvolvido para tornar o ser humano atual à sua época, isto é, processo que o faz ser o que é, em todas as dimensões que o identificam (objetivas e subjetivas) e que estão sujeitas a ganhar determinado perfil de acordo com a correlação de forças sociais presente no contexto vivido. Se a educação é processo de formação humana, historicamente se construiu um espaço para que ela se desenvolvesse, segundo o ideal de ser humano vigente no contexto atual: a escola (Martins, 2021). A escola, então, é o principal aparelho da educação formal.

Ainda baseado no pensamento de Gramsci (Magrone, 2006), a sociedade civil tem como direção ideológica três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita; a "estrutura ideológica" ou as organizações que elaboram as ideologias e as difundem; o "material" ideológico, ou seja, os meios técnicos de difusão de ideologias: o sistema escolar. Dessa forma, a educação, formada pelo sistema escolar, assume um papel criador e difusor da ideologia da sociedade, parte importante para a formação humana.

Assim, se a escola contribui para a formação da ideologia da sociedade, pode-se inferir que a educação tem enorme relevância também no desenvolvimento da sociedade capitalista, principalmente quanto ao nível de ensino técnico que surgiu mais direcionado às demandas do mercado. Ao longo da história, também se percebe as contribuições da educação na inserção social da população menos favorecida, a começar mesmo pela inserção no mundo do trabalho.

A relação entre educação e trabalho no Brasil é intrínseca e, muitas vezes, contraditória, pois o direito à educação, para alguns estudiosos, ainda está condicionado ao atendimento às demandas do mercado, ou seja, como uma função voltada a atender o campo econômico e não a necessidade social. Isso significa que persiste no sistema educacional brasileiro uma forte tendência de transpor a lógica de mercado para a área social, que deseja uma educação como mercadoria, como um serviço e não um direito, o que coloca os sujeitos envolvidos (os alunos) como 'consumidores' ou 'clientes' dos serviços educacionais (Kowalski, 2012). Contudo, Almeida (2007) reforça que não se pode reduzir a educação apenas ao desenvolvimento das forças produtivas, pois também tem peso sua dimensão estratégica no âmbito das disputas ideológicas e políticas.

A literatura incita que a educação nasceu e se expandiu com o intuito de inserir os indivíduos no mundo do trabalho, com base nas exigências que o mercado impõe, e com a justificativa de qualificação e inserção social do trabalhador, mas, também com grande contribuição para os empregadores. Pode-se inferir então, que a educação é um campo complexo e atende tanto as demandas do mercado através da qualificação dos trabalhadores, quanto sua função social de promover a inclusão e o desenvolvimento da cidadania.

A educação formal no Brasil é organizada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com sua proposta mais recente datada de 1996, sob o nº 9.394. Nela está registrada a composição da educação escolar nos níveis de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior. Nessa lei, ocorreu a valorização e efetivação do ensino técnico, dispendo sobre a educação profissional em um capítulo separado da educação básica, e com um enfoque de superação do assistencialismo e do preconceito social presentes nas primeiras legislações da educação profissional, incentivando a intervenção crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo de inclusão social e democratização dos serviços (Brasil, 2009). Porém, Frigotto (2001, p. 10), ao analisar o novo modelo de educação profissional, faz a seguinte crítica:

a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade – flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão.

A Educação Profissional de nível médio, que será evidenciada neste estudo, tem em si uma característica que a difere da superior: é uma modalidade de ensino com viés historicamente voltado para o labor tecnicado, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho manual e desvalorizada. Cumpre destacar, porém, que a depender dos perfis dos governos, essa tendência de valorização do desenvolvimento econômico defronta-se com outra vertente que traz em essência uma responsabilidade social como fio condutor de suas ações. A dimensão ideológica de governos mais progressistas faz aflorar um novo projeto de nação, onde o fator econômico deixa de ser o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, e o foco desloca-se para a qualidade social.

Compondo a rede de educação profissional e tecnológica, atualmente os institutos federais (IF's) têm uma formatação diferente em relação àquela que data dos primórdios anos de 1800, com a criação do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros destinados ao 'amparo' da classe menos privilegiada da sociedade brasileira. Às crianças e aos jovens encaminhados para aquelas instituições eram



dadas a instrução primária e o ensino de um ofício, como tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (Brasil, 2009). Dessa forma, as instituições de educação profissional tiveram uma função assistencialista ao capacitar os pobres e vulneráveis para exercerem o labor em atividades que não eram realizadas por intelectuais e abastados.

Além disso, as profundas desigualdades econômicas entre as classes sociais sempre comprometeram a vida escolar dos estudantes das camadas menos favorecidas economicamente, sobretudo daqueles que não têm condições financeiras de se manter em uma instituição de ensino. Por isso, a necessidade da educação implementar internamente estratégias para auxiliar na manutenção dos estudantes financeiramente vulneráveis, e assim, promover a inclusão social. Na legislação atual, dentre os princípios basilares da educação brasileira está a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o que atribui ao poder público a responsabilidade em promover ações para incluir a diversidade populacional de estudantes e ainda, fazê-los permanecer exitosamente nas instituições educativas. Considerando essas questões, visando dar oportunidade para as pessoas menos favorecidas economicamente, foi criada a política de assistência estudantil, com o objetivo de promover a inclusão social através da educação.

Em território brasileiro, as primeiras ações visando a permanência dos estudantes na escola surgiram no âmbito do ensino superior, com a abertura da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, no início dos anos de 1930 para abrigar aqueles com mais dificuldades financeiras (Kowalski, 2012).

A assistência estudantil no Brasil surgiu então com caráter beneficente e excludente por se destinar a uma pequena parcela dos mais necessitados, prevista como direito somente a partir da Constituição Federal de 1988, até culminar no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) organizado através do Decreto Federal nº 7.234/2010, com a seguinte premissa:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações

de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010, p. 01).

O PNAES é uma das ações do governo federal para minimizar os efeitos da desigualdade social no que se refere à possibilidade de permanência da população pobre e excluída nas instituições de ensino. O programa surgiu inicialmente para estudantes do ensino superior e, após a reorganização da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (RFEPCT), passou a contemplar também o ensino médio técnico ofertado nos institutos federais. Um dos objetivos do Programa é democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010). Vale reforçar que, mesmo tendo foco no ensino superior, o Decreto foi reformulado e abrange em seu Artigo 4º os institutos federais de educação, que oferecem ensino superior e médio técnico, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas junto ao corpo discente. Ademais, é preciso pensar a Assistência Estudantil na RFEPCT a partir do referencial de educação profissional destinada aos trabalhadores (Almeida, 2019, p. 43).

Com essa perspectiva, o tema deste estudo envolve a assistência estudantil no âmbito dos institutos federais de educação, pois a pesquisa resulta do questionamento sobre a influência do PNAES na permanência dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), perpassando brevemente a discussão sobre a expansão e democratização do acesso como forma de minimização das desigualdades sociais e regionais. O problema de pesquisa recai sobre a questão da influência do auxílio financeiro estudantil, regulamentado pelo PNAES, na permanência de estudantes do ensino médio técnico no IFPB.

O IFPB é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), referência em ensino profissional na Paraíba e conta com 21 unidades espalhadas em todo o estado. O instituto oferece diversos cursos técnicos presenciais e a distância, integrados ao ensino médio e/ou subsequentes. Também oferta cursos superiores de graduação e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*), além de cursos de formação inicial e continuada, na perspectiva de contribuir com a

formação de cidadãos para atuar no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A propósito, a rede de educação federal, principalmente as instituições de educação profissional e tecnológica, criadas a partir da década de 1930, não obstante passou por modificações na regulamentação e na estruturação a partir da Lei nº 11.892/2008 – que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e outras providências – então trata-se de um processo relativamente recente e requerente de avaliação e monitoramento para dimensionar suas contribuições e limites.

Considerando que o recurso direcionado para a assistência estudantil é um dos componentes do orçamento das instituições federais de ensino, é portanto, relevante compreender os impactos da concessão dos auxílios financeiros concedidos aos estudantes como meio também de avaliar a implementação do uso do recurso oferecendo uma prestação de contas à sociedade e um monitoramento visando melhorias operacionais.

O objetivo central da pesquisa é avaliar a influência do auxílio financeiro para a permanência dos estudantes do IFPB *campus* Santa Rita (IFPB/ SR). Assim, é preciso saber se os estudantes beneficiados concluem seus cursos, para dimensionar a efetividade do Programa, pois essa avaliação significa não somente monitorar o recurso público, como também dar resposta à sociedade sobre o impacto social desse investimento, sobretudo no que se refere à sua contribuição para a permanência de estudantes nos institutos federais de educação, uma vez que eles têm como missão oferecer uma formação profissional para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, o que resulta diretamente, na melhoria da condição de vida das pessoas menos favorecidas economicamente. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivos específicos: analisar a percepção dos estudantes do IFPB sobre os auxílios estudantis, dimensionar a proporção de estudantes que consideram que o recurso é o principal objetivo de permanecerem no IFPB e como utilizam esse auxílio, e por fim, elaborar um produto em forma de relatório conclusivo para ser apresentado à comunidade do *Campus* pesquisado.

No que se refere à efetividade do PNAES na manutenção da vida acadêmica dos estudantes, em princípio considera-se evidente sua eficácia e, portanto, sua importância. Por isso, o objetivo deste estudo é analisar a influência das ações de permanência por meio da concessão de auxílios, no sentido de verificar como ela de fato contribui para a diminuição da evasão e a inclusão social dos estudantes no IFPB, especificamente aqueles que estudam no IFPB/SR. Dessa maneira, vislumbramos a necessidade de considerar os índices de evasão, as características socioeconômicas dos estudantes e a relevância do auxílio estudantil na perspectiva dos próprios beneficiados, bem como demais aspectos que podem impactar na efetividade do PNAES.

Considerando a formação acadêmica da pesquisadora em serviço social e com inserção no campo profissional da política educacional, prevalece uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional, que atua no embate do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, acreditando na intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória. Assim, a atuação profissional se volta para a busca da garantia de um sistema de ensino socialmente referenciado que permita o acesso e a permanência de todos a uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a inquietação com a problemática surgiu ao longo da implementação dos processos de seleção dos estudantes do IFPB para auxílio financeiro, no *campus* Santa Rita. Com a atuação na Coordenação de Apoio ao Estudante (CAEST), setor responsável pela implementação de seleções e benefícios estudantis, por vezes nos deparamos com relatos advindos de servidores e até alguns estudantes, sobre a motivação do estudante permanecer na instituição ser em função do auxílio financeiro ou, ao contrário, que o auxílio não contribui para sua permanência. Assim, esta pesquisa se propõe a investigar a influência do PNAES na permanência de estudantes do nível médio técnico no *campus* do IFPB/SR, relacionando também algumas contribuições da literatura sobre o nível superior.

Esta problemática também relembra e sensibiliza a autora por ter sido beneficiária da política de assistência estudantil durante seu período de graduação, entre os anos de 2007 e 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde participou dos programas: restaurante universitário e bolsa de apoio

técnico. À época, advinda de uma cidade do interior chamada Currais Novos/RN para cursar a sonhada graduação, foi preciso estabelecer moradia na capital do Estado, Natal/RN, pois sua cidade de origem fica a 180 quilômetros de distância, impossibilitando o deslocamento diário para assistir às aulas. Assim como grande parte dos jovens interioranos que almejam o ensino superior, foi preciso sair do seio familiar para tentar a vida sozinha em outra cidade, o que exige custos para manter minimamente a sobrevivência e, nem sempre, com muita possibilidade de ajuda financeira da família. Daí, portanto, a importância do restaurante universitário com alimentação diária (almoço e jantar) e da bolsa de apoio técnico, que possibilitava arcar com outras despesas relacionadas diretamente à permanência na instituição.

O texto inicia com esta introdução e está estruturado em três capítulos: no primeiro uma contextualização sobre a assistência estudantil no Brasil, seu percurso histórico, o embasamento legal e um enfoque para os parâmetros da avaliação de políticas públicas relacionados à AE; no segundo capítulo é realizada uma discussão sobre a questão da permanência dos estudantes no ensino médio técnico e um recorte sobre a situação do IFPB com o PNAES; por último são apresentados os dados coletados no lócus da pesquisa.

## CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo se configura como uma pesquisa empírica, pois lida com um objeto real, sobre o qual foram coletados dados e analisados qualitativamente, a fim de se avaliar a influência da concessão de auxílios financeiros por meio do PNAES aos estudantes do IFPB. Segundo Minayo (2002), a abordagem qualitativa corresponde ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que remete a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A abordagem qualitativa se refere ao enfoque da problemática de uma pesquisa, neste caso, a análise subjetiva sobre a efetividade do PNAES, suas nuances no IFPB e a percepção dos beneficiados. Os dados foram coletados por meio de questionário eletrônico, criado na plataforma *Google Forms*. Eles permitiram compreender as perspectivas dos estudantes sobre o auxílio estudantil, com foco na pergunta de pesquisa. Devido à aplicação de questionários com seres humanos, a pesquisa foi devidamente avaliada e aprovada para execução pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde – CCS/UFPB, com o Parecer nº 5.975.174 e cumpre os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementariedades.

O questionário contém perguntas estruturadas sobre a percepção dos estudantes em relação aos auxílios e foi enviado para uma amostra de 50 (cinquenta) estudantes do *campus* Santa Rita do IFPB. O local da coleta levou em consideração a facilidade de acesso para a pesquisa, onde foram selecionados os estudantes que são contemplados com o PNAES. A amostra foi constituída de forma não probabilística e por julgamento da pesquisadora, que priorizou os estudantes com maiores índices de vulnerabilidade social, de dois cursos técnicos da educação profissional de nível médio.

O índice de vulnerabilidade social (IVS) é obtido por meio da análise da documentação dos estudantes e suas famílias, na qual constam dados sobre: renda bruta familiar, situação de emprego/ocupação, situação de inscrição no Cadastro Único do Governo Federal, composição familiar, regime de ocupação do domicílio, distância do domicílio ao IFPB, situação de mobilidade estudantil, egresso de escola pública ou privada e grau de instrução do responsável familiar. Essas variáveis são

calculadas, cada uma com peso específico, para gerar o IVS do estudante e, assim, possibilitar a inscrição nos processos seletivos de auxílios que classificam os maiores IVS nas mais elevadas faixas de valores. Dessa forma, os estudantes com mais vulnerabilidades, desde que tenham número de IVS, foram aqueles que selecionados para responder ao questionário.

Para a elaboração das questões consultamos outras pesquisas com o mesmo foco, e assim contemplamos perguntas que complementam o perfil socioeconômico do estudante e sua família, que focam nos motivos da sua permanência no IFPB, no processo de seleção, na percepção deles sobre o auxílio e sobre o uso do recurso. Deixamos o questionário online disponível durante os meses de agosto e setembro de 2023. O contato com os estudantes para expor a pesquisa e solicitar que respondessem as perguntas foi realizado inicialmente pelo e-mail cadastrado no SUAP, e, em seguida, o pedido foi reforçado por meio de aplicativo de mensagem (WhatsApp). O total de 23 estudantes acessou o *Google Forms* e respondeu às perguntas, o equivalente a 46% do público selecionado para o estudo (50).

Após a coleta dos dados iniciamos a fase da organização e interpretação dos dados, com esforço no sentido de entender a mensagem dos estudantes, suas significações, a inferência, o novo conteúdo criado a partir das relações, aproximações e categorização da junção de todas as falas.

A pesquisa também se utilizou de dados constantes na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a respeito dos índices de evasão na instituição, pré e pós-implantação dos programas de auxílios estudantis para embasar a análise. A PNP é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), cujo objetivo é reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da rede federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Após o levantamento das informações, os dados foram analisados a partir de um diálogo permeado pelas discussões sobre a política educacional, envolvendo os temas da educação profissional, da assistência estudantil e da evasão, com o intuito de verificar como os auxílios impactam na permanência dos estudantes na

instituição de ensino. Para auxiliar nas análises fizemos categorização dos dados. Inicialmente utilizamos como categoria as próprias perguntas do questionário, que serviram para agrupar as respostas, elas nos guiaram no agrupamento dos dados, se mostrando como categorias teóricas. A partir dessa etapa identificamos as respostas mais recorrentes dentro de cada categoria, o que fez emergir subcategorias, as quais foram analisadas do ponto de vista interpretativo, associado aos dados do perfil socioeconômico e daqueles capturadas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) sobre evasão, além das contribuições do referencial teórico que deu suporte à essa pesquisa.



## **CAPÍTULO II – A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL**

A assistência estudantil (AE) é o conjunto de ações e estratégias criadas pelo poder público para promover melhorias aos estudantes que apresentam dificuldades no seu percurso estudantil e, conseqüentemente, de permanecer e obter êxito na instituição de ensino como meio de garantir o direito social à educação. O marco legal para o surgimento da AE no Brasil é a Constituição de 1988, que traz como princípio garantidor do ensino, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, tendo a Educação Nacional a finalidade de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Assim, para compreender a concepção de assistência estudantil na educação, toma-se como fundamento o pensamento de Souza (2017, p. 132):

a assistência estudantil tem, por essência, o reparo das desigualdades sociais que impedem o usufruto do direito universal à educação; pois, em uma sociedade de formação social desigual, como a brasileira, a dificuldade de permanecer na escola ou a evasão escolar, antes de configurar “vagabundagem” de quem não quer estudar, encontra explicação na condição de classe do aluno desertor; isto é, daquele estudante que se encontra privado, ou precariamente provido, dos meios de sobrevivência para sua manutenção, como alimentação, moradia, saúde. Por isso, são sobre estas condições que esta política procura desenvolver ações de inclusão.

Anterior ao plano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que define e regulariza a organização da educação brasileira, dispõe em seu Artigo 3º o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, no qual preconiza a AE e direciona as ações estatais nesse âmbito, que conquistou regulamentação específica somente em 2007. A partir daí, a AE adquire múltiplos vieses: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico (Brasil, 2007). Porém, Vasconcelos destaca que dentre os serviços mais visualizados nas políticas de assistência estudantil estão: restaurantes universitários, auxílios financeiros, serviços de saúde e moradia estudantil (Vasconcelos, 2010).

Outro aparato foi o Plano Nacional de Educação (PNE) que também previu a relevância da assistência estudantil, ao estabelecer como um dos objetivos e metas da educação superior, “estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrarem bom desempenho acadêmico”. (Brasil, 2001). Aqui, os programas da AE são atrelados à condição financeira e ao mérito do estudante com bom desempenho acadêmico.

As ações de assistência estudantil, atualmente regulamentadas pelo decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), são implementadas com os seguintes objetivos:

democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010, p. 01).

Ao abordar sobre as ações derivadas do PNAES é preciso situar que as políticas públicas da educação estão intrinsecamente relacionadas aos interesses econômicos do país e às transformações que ocorrem na base produtiva do mundo, ancoradas no modelo vigente do sistema capitalista. Não é preciso grande esforço para lembrar, por exemplo, que uma parcela mínima da população tinha acesso e conseguia permanecer na universidade ou mesmo no ensino médio, pois até a década de 1990 poucos esforços foram efetivados pelos governos para a democratização da educação escolar. Embora a Constituição de 1934 tenha sido um marco que sinalizou a educação como responsabilidade do Estado, ela assegurava somente a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário público. Um ganho constitucional em 1934 foi a inserção do assistencialismo aos estudantes. O artigo 157, inciso §2º, previa um fundo a partir do qual o poder público deveria aplicar: “auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica [...]” (Brasil, 1934, p. 34).

O entendimento sobre a relevância da assistência aos estudantes emerge a partir das primeiras formas de assistência, no período correspondente ao final da

República Velha e durante o governo do presidente Washington Luís por volta de 1928, quando incentivou a construção da Casa do Estudante Brasileiro em Paris e repassou as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos alunos. (Kowalski, 2012, p. 85). Embora tenha sido iniciativa de auxílio ao estudante, é preciso reconhecer que não se direcionava às camadas pobres, mas uma pequena parcela da população que tinha acesso ao ensino superior no exterior. A referida autora sintetiza o histórico da assistência estudantil no Brasil da seguinte forma:

**Quadro 1 – Linha do tempo da institucionalização da assistência estudantil no Brasil**

PRIMEIRA FASE	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 1928: promoção, pelo presidente Washington Luiz, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris.</li> <li>○ 1930: abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU.</li> <li>○ 1931: marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931.</li> <li>○ 1934: integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica.</li> <li>○ 1937: criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).</li> <li>○ 1946: promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes.</li> <li>○ 1961: aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</li> <li>○ 1970: criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.</li> </ul>
SEGUNDA FASE	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 1987: criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.</li> <li>○ 1988: promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES).</li> <li>○ 1990: limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.</li> <li>○ 1996: aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE.</li> <li>○ 1998: aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.</li> <li>○ 1999: criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas.</li> <li>○ 2001: aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 2004: criação do Prouni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.</li> </ul>
TERCEIRA FASE	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ 2007: criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.</li> <li>○ 2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.</li> <li>○ 2010: sanção, em 19 de julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7.416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</li> <li>○ 2010/2011: lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.</li> </ul>

Fonte: Kowalski (2012, p. 100)

Como se percebe, em território brasileiro, as primeiras ações foram surgindo junto com as universidades, como a abertura da Casa do Estudante do Brasil, a qual se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos de 1930 para abrigar aqueles com maiores dificuldades financeiras. Mais tarde, na década de 1970, ocorreu a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que foi uma conquista importante para a AE por se constituir em um espaço dentro do aparato do Estado com o objetivo de sistematizar uma política de assistência ao estudante. Nos estudos que se dedicam ao tema da assistência estudantil, nos marcos do ensino superior, a menção a este Departamento é reiterada por destinar ações de assistência aos estudantes oriundos de família de baixa renda. Cabe, porém, a ressalva de que suas ações também se pautavam pelo atendimento em áreas de proteção social que abarcavam estudantes independentemente de classe social, com um caráter mais universalizado. O documento oficial do departamento, intitulado Plano de Ação do Departamento de Assistência ao Estudante, do Ministério da Educação e Cultura - 1980/1985, tinha como base três linhas prioritárias de ação, alunos do 1º, 2º e 3º graus, outra característica que demonstrava uma ação mais universal e com traços de política pública.

Para Abreu (2012), a década de 1980 tornou-se um marco para a luta dos estudantes por políticas de assistência, principalmente no que diz respeito à

assistência estudantil. A partir deste período, afirma a autora, surgiu uma nova fase na AE em que outras políticas educacionais foram apresentadas atendendo a reivindicações estudantis. Enquanto na década de 1990, período considerado como a contrarreforma do Estado brasileiro marcado pelo retrocesso nas conquistas obtidas com a Carta de 1988, sobretudo, nas políticas públicas de previdência, de assistência social e de saúde, ocorreram cortes financeiros em diversos programas sociais devido a tendência de desresponsabilização do Estado com relação às políticas sociais, reduzindo os programas públicos de proteção social a níveis mínimos e direcionados para setores específicos das populações mais pobres, expressando a ênfase à seletividade e à focalização. Com a educação não foi diferente, pois ela sempre está entrelaçada às transformações econômicas e sociais em curso.

No caso da educação profissional, a adoção de uma política de descentralização e privatização levou à pulverização de programas e projetos de caráter assistencialista nas esferas federal, estadual e municipal, desenvolvidas pela iniciativa privada, pelo sistema S – conjunto de organizações de direito privado voltadas para o treinamento, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, sendo as principais: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI) – e por organizações da sociedade civil.

Costa (2009), por sua vez, divide a história da AE em duas fases: a primeira constituída desde a criação das universidades até o momento em que houve uma redemocratização política, na década de 90, após o período da Ditadura Militar. A segunda fase compreende o período no qual passou a se debater projetos de leis que resultaram efetivamente em políticas de AE, pois em períodos anteriores as políticas assistenciais pautavam-se somente em termos gerais, não específicos à educação.

Nos anos seguintes, foi criado o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que preconiza a criação de condições para ampliação do acesso e garantias de permanência aos estudantes na educação superior. Como diretrizes, destaca no artigo 2 - inciso V, a ampliação de políticas de

inclusão e de assistência estudantil. Naquele mesmo ano, foi aprovado o PNAES, instituído inicialmente em 12 de dezembro pela Portaria Normativa nº 39 do MEC elaborada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), o qual há muitos anos, vinha discutindo em pautas nacionais, a importância da assistência estudantil no decorrer da vida acadêmica e, também, como um recurso fundamental na incorporação dos estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade pública e gratuita.

Essa luta para considerar a assistência estudantil como direito perante o Estado deve perpassar desde a incorporação da assistência ao estudante na agenda da educação do Governo Federal, até à superação de conceitos associados ao entendimento da assistência como gasto desnecessário e, também, que a limitam como medida assistencialista, fundamentada na ideia de caridade ou favor. O que há atualmente, apesar do avanço logrado com grande empenho dos grupos sociais organizados, sobretudo a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o FONAPRACE, em defender uma concepção de assistência estudantil como investimento e como um direito, ainda uma necessidade de regulamentação como lei federal para se classificar como política pública consolidada (Dutra, 2017).

Não foi encontrada uma vasta literatura sobre a assistência estudantil nos institutos federais, mas é válido assinalar que a história dos IF's se entrelaça com as práticas assistenciais no Brasil, visto que a própria educação profissional, desde sua fundação, teve suas instituições criadas com a perspectiva de contribuir para a qualificação de estudantes advindos das camadas mais empobrecidas da população para geração de trabalho e renda, uma vez que essa parcela da população precisaria de suporte para se qualificar. Dessa forma, apontamos que, assim como a assistência estudantil, a educação profissional surge atrelada ao assistencialismo promovido pelo poder público às camadas menos favorecidas economicamente, pois inicialmente não eram tidas como políticas públicas.

Ademais, a rede de educação profissional, contexto desse estudo, tem suas particularidades quanto à assistência estudantil, pois este tipo de ensino é voltado para formação técnica, que foca em capacitar os egressos com saberes e habilidades para ingresso imediato no mercado de trabalho. Dessa forma, ao tomar como fundamento a literatura da área, a assistência estudantil dos institutos federais

brasileiros historicamente tem um caráter diferenciado daquela do ensino superior, pois ela tanto se fortalece como direito, como se estigmatiza como benemerência do Estado. Essa estigmatização parece ter início no ano de 1909, com o Decreto nº 7.566, quando foram criadas as escolas de aprendizes e artífices, com a seguinte justificativa:

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (Brasil, 1909, p. 01).

O que se evidencia com esse registro, é que o surgimento da rede profissional foi associado ao caráter assistencialista para atender aos menos favorecidos economicamente, os pobres e necessitados de ajuda, de forma discriminatória e caritativa, desvinculada da perspectiva de direito. Na Constituição de 1937, o artigo 129 reforça esse entendimento:

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (Brasil, 1937, p. 01).

Aqui o discurso assistencialista é substituído pelo argumento do direito dos trabalhadores e dever do Estado quanto ao cumprimento, trazendo-o como lugar que o ensino técnico e a assistência estudantil devem ocupar na qualidade de políticas que se pautam pela condição de cidadania e não de exclusão, advinda dos critérios das condições socioeconômicas. Isso foi reforçado com a criação da primeira LDB, aprovada na forma sob nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961. Nela, a educação profissional transitou do caráter de ajuda aos “necessitados” para um direito inscrito na política de educação.

Em 1996, com a sanção da LDB vigente (Lei nº 9.394), ocorreu um divisor de águas na transição para outra concepção de educação profissional. Ou melhor, pela primeira vez a educação profissional foi associada à concepção de direito que se mostra no horizonte de uma reflexão menos tecnicista. Sobre essa discussão de direito, Souza (2017) fez um estudo e concluiu que:

considera-se que a indefinição ou variabilidade de definição da interface/relação entre assistência e educação na assistência estudantil reforça também os binômios educação/meritocracia e assistência/assistencialismo, situando e repondo as ações da Assistência Estudantil em um lugar do não-direito. (Souza, 2017, p. 21).

A análise da autora parte do argumento da existência de relação orgânica entre assistência estudantil e as políticas públicas de assistência social e educação. Esta relação advém do caráter de política social atribuído à assistência estudantil pela contribuição para inclusão social por meio da educação e influência na inserção no mercado de trabalho. Apesar de ser uma estratégia interligada à política de educação, seu formato de transferência de renda e auxílios diversos, desde alimentação à moradia, concedidos àqueles que necessitam se delinea como assistência social.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2014), a assistência social é caracterizada por políticas fundamentadas na proteção social, defesa dos direitos, vigilância socioassistencial, que devem ser implementadas de forma pública, não contributiva, de modo descentralizado e participativo. Não seria correto, pois, associar as políticas educacionais às ações de caridade ou assistencialismo, uma vez que a assistência estudantil é uma política pública garantida legalmente por meio de lutas sociais e se dispõe como um meio para promover a permanência estudantil e garantir o acesso à educação. Assim, a AE deve ser considerada um investimento social, uma vez que o Estado, ao conceder ao indivíduo a possibilidade de permanência na universidade, concede a oportunidade de formar jovens capacitados que irão se desenvolver e contribuir para a mobilidade social (Silveira, 2012).



Souza (2017) afirma ser necessário compreender o vínculo entre a assistência social e a assistência estudantil naquilo que lhe foi atribuído como elemento definidor, o caráter financeiro, pois:

priorizar programas assistenciais de repasse financeiro no espaço escolar, seria buscar corrigir uma relação desigual de acesso e permanência na escola que, estruturalmente, integra um conjunto de fatores que incidem na esfera da desigualdade socioeconômica historicamente vivenciada pela classe trabalhadora brasileira; isto é, de não ter as condições para acessar espaços aos quais antes não alcançava, sem o apoio da política, incluindo a escola. Daí a importância da política. Que não se entenda esta afirmação como uma visão utópica, pois sabe-se e já se deixou claro que a escola não pode, sozinha, reduzir as desigualdades sociais. (Souza, 2017, p. 145).

No âmbito dos institutos federais, a Política de Assistência Estudantil se estabeleceu a partir do processo de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que criou os IFs. A regulamentação do PNAES em 2010 foi um marco para os institutos federais, principalmente, como citado anteriormente, no que se refere à garantia de ações que envolvem subsídios financeiros aos estudantes.

Abreu (2012) destaca o importante papel que os estudantes secundaristas tiveram e têm exercido na luta pela AE, sendo o grêmio estudantil a principal ferramenta na luta pelos direitos sociais desse nível de escolarização. No âmbito dos IFs, pelo fato de existirem os três níveis de ensino, médio, técnico e superior, a AE é amplamente direcionada e talvez por isso, tenham sido contemplados pela lei do PNAES, devido à amplitude dessas instituições. Porém, Souza (2017) acredita que a principal lacuna no trato da assistência estudantil na educação profissional é que a sua história se perde nos marcos da história do ensino superior brasileiro. A educação profissional de nível médio tem em si uma característica que a difere da superior: é uma educação voltada para o labor, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho mais laboral. Logo, pensar a assistência estudantil na educação profissional é partir do referencial de educação destinada aos trabalhadores no

sentido mais tecnicizado, pois, mesmo a educação superior também apresentando um foco no mercado de trabalho, ela tem um fundamento maior voltado para formação intelectual.

Souza (2017), em seu estudo sobre a trajetória da assistência estudantil na educação profissional, mostra que no âmbito dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) houve importantes contribuições de medidas socioassistenciais aos estudantes, como a Bolsa Permanência no CEFET Minas Gerais, com origem no ano de 1981 como Programa de Bolsa Manutenção, direcionada ao apoio financeiro mensal, especialmente no que se refere ao transporte dos estudantes de 2º e 3º grau, no qual este apoio constituía uma ajuda de custo de caráter não reembolsável, proveniente da Caixa Escolar. Contudo, uma parte do recurso da Caixa Escolar, extinta no ano de 2004, provinha da arrecadação dos próprios estudantes por meio das taxas de matrículas cobradas na época. A Caixa Escolar foi uma estratégia de redução dos gastos públicos incitada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), devido ter constatado em seus estudos a baixa equidade dos sistemas educativos nacionais, apontando para os altos gastos com os estudantes das escolas técnicas federais, em comparação aos de escolas públicas estaduais e municipais de ensino médio. Com esse discurso disfarçado de "equidade" o BM recomendou a adoção de cobrança de taxas e/ou anuidades escolares via sistema de crédito educativo para os estudantes de baixa renda ou pagamento direto dos estudantes que apresentavam melhores condições socioeconômicas, contrariando o princípio da universalização e gratuidade do ensino público brasileiro.

É imprescindível, pois, situar atualmente a relevância do financiamento do PNAES para a garantia de sua efetivação, pois o que se percebe atualmente é o aumento desproporcional entre o número de estudantes ingressantes nas instituições de ensino e o montante de recursos para financiamento do programa. Como bem ilustra Silva Júnior (2016), a educação superior brasileira, sem falar na REFPECT, teve um exponencial crescimento, que passou por um expressivo aumento de estudantes a partir de meados dos anos de 1990.

Se tomarmos os dados referentes às matrículas, por exemplo, temos a seguinte situação: entre 1995 e 2014, ocorreu um crescimento no número total de matrículas (presenciais e à distância), que passou de 1.759.703, em 1995, para 7.828.013, em 2014, com um crescimento aproximado da ordem de 345%, num espaço de tempo de 20 anos (Silva Junior, 2016, p. 211).

Não se pode desmerecer a importância em garantir o acesso às vagas como primeiro passo, porém o aumento no número de matrículas precisa ser acompanhado proporcionalmente pelo investimento, para que sejam ampliadas as ações que promovem a permanência, desde o aspecto relativo à estrutura e pessoal até a assistência estudantil. No que se refere ao financiamento da educação pública, a União deve aplicar 18% de sua receita líquida de impostos em educação, cabendo aos Estados, Distrito Federal e Municípios a aplicação de 25% da mesma base, logo, o financiamento dos Institutos são provenientes desses 18%, com rubrica própria para AE. (Brasil, 1988).

Os investimentos direcionados aos institutos federais dependem da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) por parte da Câmara Legislativa e do Senado Federal, sancionada pelo Presidente da República. Após a sanção, o recurso é destinado via SETEC/MEC, enviada ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), que, por meio de uma metodologia aprovada pelos reitores das instituições, baseada no número de matrículas de cada um dos órgãos da rede, divide os recursos entre as instituições.

Ferreira (2021) em seu estudo sobre a relação entre a ampliação dos recursos investidos na assistência estudantil do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e o crescimento do número de matrículas, período 2014 a 2019, constatou que os investimentos previstos nessa política não vêm acompanhando o ritmo de ampliação do número de matrículas. Assinala então, que é um fator preocupante, pois muitos estudantes podem não concluir seus cursos sem apoio institucional, aumentando a taxa de evasão e de fracasso escolar. Muito embora o financiamento por si só não seja garantia para o sucesso educacional na oferta dessas políticas, é um condicionante fundamental para estabelecer o direito de todos a ter uma educação pública e de qualidade.

Sobre o financiamento do PNAES, Jesus (2016) também realizou um estudo pormenorizado a respeito do modo de implementação do Programa no Instituto Federal de Minas Gerais (IFNMG) a partir do olhar da gestão, dos profissionais que são responsáveis pela sua execução e dos alunos atendidos/beneficiados e constatou que a instituição não tem cumprido totalmente sua função por causa de impasses como morosidade e burocracia na seleção. Acrescenta ainda, a problemática da escassez de recurso público da política de educação, que durante os governos menos progressistas, vem sendo constantemente atacada e com redução nos repasses.

## **2.1 Os parâmetros de avaliação de políticas públicas na abordagem da política de assistência estudantil**

A avaliação de políticas públicas condiz, sucintamente, ao processo de análise para mensurar se os objetivos da política pública atingiram êxito e orientar quanto à continuidade e a necessidade de correções. Dessa forma, é um processo necessário para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado. Hofling (2001) entende políticas públicas como o "Estado em ação", quando o Estado implanta um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. As políticas sociais compõem uma parte do escopo das políticas públicas e,

se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (Hofling, 2001, p. 31).

Ramalho (2013, p. 77) reforça que, em essência, as políticas educacionais, aí também inserida a política de assistência estudantil, podem ser consideradas como políticas públicas de âmbito social, por ter entre seus objetivos a formação para a

cidadania, por buscar propiciar aos indivíduos a melhoria de sua condição social, por seu aspecto redistributivo e pela sua preocupação com a equidade. Na inter-relação da assistência estudantil como política social semelhante à assistência social, Souza (2017, p. 139) acrescenta que:

a Assistência Estudantil como política que se dá na interface entre educação e assistência social. E o é, principalmente, por seu conteúdo público que requer participação ativa do Estado, sob o controle da sociedade, em espaços democráticos de participação, planejamento, avaliação e execução de metas referenciadas nas necessidades sociais do público estudantil.

Logo, a AE se caracteriza, conforme esses apontamentos, como uma política pública social que transita entre as políticas de educação e assistência social, pois almeja promover a inclusão social e reduzir a desigualdade social. A AE é regulamentada, como citado, através de um decreto que a delinea como um programa, porém isso dá um caráter limitado ao escopo das ações que ela abrange. Para estabelecer essa aproximação com a assistência social, a autora compara os programas assistenciais de repasse financeiro da assistência estudantil com os programas de transferência de renda da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) devido o elemento definidor entre eles, o caráter financeiro, mas também associa outras características, como o controle da sociedade em espaços democráticos de participação, planejamento, avaliação e execução de metas referenciadas nas necessidades sociais do público estudantil.

Compreendida a AE como política social, é preciso agora apontar como é ou deve ser avaliada. O contexto desta pesquisa é no campo específico da educação profissional, que ainda carece de um sistema de avaliação de abrangência nacional, diferentemente do caso da educação básica que é avaliada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Dentre os programas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) para monitoramento da Educação Profissional (EP), dois programas tratam de dados estatísticos especificamente, são eles a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional (SISTEC). Apesar da importância desses sistemas como

fonte de dados financeiros, indicadores de resultados, números de matrículas e de servidores, estes não sistematizam dados relativos à AE diretamente.

A esse respeito, o PNE apresenta na meta 10 o tema da Educação profissional, que possui 11 estratégias, das quais apenas uma faz referência a AE:

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional (Brasil, 2014, p. 10).

Especificamente sobre a avaliação nesse âmbito da EP, na meta 11, a estratégia 11.8 é institucionalizar um sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas, o que demonstra a relevância do tema. A educação profissional ainda não possui um dispositivo estabelecido de avaliação e, muito menos, a área da assistência estudantil desse campo educacional. Atualmente são realizadas pesquisas institucionalizadas individualmente por órgão, o que não desmerece, porém estas pesquisas não fornecem dados a nível nacional e não contextualizam as particularidades do público da educação profissional.

A exemplo dos dados necessários para avaliar se a AE nos institutos federais atinge os objetivos propostos no Decreto nº 7.234/2010 em relação a: democratizar as condições de permanência; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Essa lacuna contribui para que surjam suspeitas sobre a efetividade dessa política. Por exemplo, suscita a indagação de que a assistência estudantil, devido o repasse financeiro direto aos estudantes, seja capturada e difundida somente como um mecanismo “atrativo” para o ingresso na escola. Outra questão a ser avaliada, discutida por Almeida (2007), coloca como a política de educação pode contribuir com os processos de reprodução das desigualdades sociais, trazendo também importantes questionamentos sobre a seletividade das ações de permanência implementadas

atualmente, que contraditoriamente, promovem a exclusão de parcela de estudantes mesmo dentro do perfil exigido pelo PNAES e se tornam uma possível causa da evasão.

Uma avaliação epistemológica do PNAES, feita por Recktenvald (2018) destaca que o programa surgiu como ação do modelo social desenvolvimentista brasileiro que esteve em vigor entre 2003-2016 e ainda precisa consolidar-se como política pública e não de governo, o que requer solidificar a legislação e transformar o decreto em lei, para assegurar aos estudantes o comprometimento com as ações de permanência por parte das instituições de ensino e dos órgãos gestores.

### **CAPÍTULO III – A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA**

O marco teórico norteador desta pesquisa parte da questão da permanência (ou o ato de permanecer e resistir ao abandono) dos estudantes nas instituições públicas de ensino em nível médio técnico, mais precisamente da RFEPCT, processo iniciado no momento do ingresso ao sistema de ensino e perpetuado até a conclusão do curso. Mendes (2020, p. 18) propõe um conceito para estratégias de permanência, como sendo um conjunto de discursos, ações ou movimentos empreendidos por estudantes ou pelas instituições universitárias, com o intuito de favorecer a sobrevivência e a manutenção com qualidade dos estudantes em seus cursos até sua conclusão.

Neste capítulo abordamos a influência do PNAES na trajetória estudantil como programa de permanência, que contempla o que se entende como política de assistência estudantil no Brasil atualmente. Para que essa política, mesmo ainda sem reforço legalmente instituído, chegasse a esse estágio de institucionalidade, com previsão no orçamento federal e ampla adesão das instituições de ensino médio e superior, foram necessárias discussões, pesquisas e estudos abarcando a problemática da evasão, que é um dos requisitos para existirem ações de permanência, bem como sobre todos os outros entraves para a permanência estudantil no processo de escolarização. Diante essa questão, torna-se necessário discutir a respeito da evasão escolar, pontuando também sobre as políticas de ampliação do acesso/ ingresso, pois são a partir delas que as ações de permanência emergem.

Iniciamos sinalizando alguns programas de expansão das IFES consideradas como ações voltadas para a ampliação e democratização do acesso à educação. São eles: o Plano de Expansão com Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (Programa Expandir); o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007; e a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas).

O Programa Expandir compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal; o REUNI, criado pelo



Decreto nº 6.096/2007, tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, como também havia a possibilidade de criação de novos *campi* para o interior do país; a Lei de Cotas garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais a alunos oriundos integralmente do ensino público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. No ano de 2023 a Lei nº 14.723 reformulou as cotas, reduzindo o critério de renda, de um e meio salário-mínimo por pessoa para um salário-mínimo por pessoa. Quilombolas passam a ser beneficiários pelo sistema e a distribuição das vagas passa a ser feita de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando a proporção de indígenas, negros, pardos, quilombolas e pessoas com deficiência em cada unidade da federação. A nova norma também deixa claro que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas (50% do total) apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência, conforme dados retirados do site oficial Agência Senado.

Há também o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), porém estes ocorreram majoritariamente no setor privado. O FIES, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. A partir de 2018, o FIES possibilitou juros zero aos mais necessitados e uma escala de financiamento que varia conforme a renda familiar do candidato. O financiado paga as prestações respeitando o seu limite de renda, fazendo com que os encargos a serem pagos diminuam, bem como, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passou a ser critério de seleção do FIES. Ao longo do tempo, o programa passou por reformulações devido o alto índice de inadimplência. Por sua vez, o PROUNI, criado pela Lei nº 11.096 de 2005, promove o acesso às universidades particulares brasileiras através de bolsas integrais e

parciais para estudantes de baixa renda que tenham estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública, ou como bolsista integral em escola particular.

Essas foram estratégias implementadas pelo poder público para tentar promover o ingresso de camadas socialmente excluídas da população no ensino superior. Porém,

não se pode falar em equidade na educação superior considerando apenas a ampliação do acesso, sem tornar a permanência e a aquisição de conhecimentos como determinantes para a viabilização da apropriação de capital cultural, para a consequente conclusão do curso com a qualidade desejada. (Castelo Branco, 2014, p. 212).

Mesmo com a expansão das vagas, ainda são utilizados processos de seleção para ingresso dos melhores candidatos, em que os beneficiados são aqueles candidatos preparados, que tiveram melhores oportunidades educacionais, portanto, os que possuem capital social (conhecimentos advindos das relações sociais) e cultural (conhecimentos adquiridos no meio em que vive)<sup>1</sup>. Isso indica que os problemas relacionados ao acesso à educação superior devem ser buscados também na educação básica e nas condições socioeconômicas dos candidatos (Gisi, 2006).

A desigualdade de acesso à educação é, pois, persistente e histórica, atrelada à discriminação e exclusão social de diferentes grupos da sociedade brasileira desde a educação básica, quando os alunos já chegam com condições desiguais em decorrência das oportunidades que tiveram, o que pode gerar evasão após o ingresso nas IFES ou mesmo nem ingressar, quando a evasão ocorre ainda no ensino básico.

A esse respeito, o PNE em vigência, instituído pela Lei nº 13.005/2014, possui 20 metas para orientar a política educacional brasileira nas diversas modalidades de ensino até o ano de 2024. Dentre suas estratégias, objetiva ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil com a finalidade de reduzir desigualdades, ampliando o acesso e a permanência na educação superior (Brasil, 2014). Dessa forma, além de prover o acesso, é imprescindível o investimento em permanência, o

---

<sup>1</sup> Conceito criado por Pierre Bourdieu em “As Formas do Capital” (1985).

que facilita no combate à evasão e possibilita a elevação das taxas de conclusão. Para o Ministério da Educação (MEC), a evasão escolar pode ser definida de três formas: a primeira é a Evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional; a segunda, a Evasão da instituição: quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado; e por último, a Evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o sistema de ensino (Brasil, 2012).

Por sua vez, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) considera como evasão a saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover o aluno a uma condição superior a de ingresso, no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de competências almeçadas para o respectivo nível de ensino. Obviamente, a interrupção do programa em decorrência de falecimento do discente não pode ser atribuída como insucesso, dado que, de forma geral, se trata de caso fortuito e não se pode presumir uma intencionalidade do indivíduo em interromper o curso, cessá-lo ou uma incapacidade de manter-se no programa educacional (Inep, 2017).

Coimbra (2021) afirma que não há uma definição precisa da própria evasão. Por mais que se recorram às cartilhas e documentos complementares, não se encontrará a precisão do termo. A autora, então, sugere uma nova nomenclatura subdividindo a evasão em três categorias, sendo elas: evasão por exclusão, a perda do vínculo com o curso, instituição ou sistema de ensino superior originada pelas distorções institucionais em suas estruturas didáticas e curriculares ou por incapacidade institucional de combater as vulnerabilidades e garantir o direito à educação; evasão para inserção, o trânsito de discentes entre cursos, instituições ou sistemas de ensino superior originado pela busca de novas oportunidades; e, evasão por externalidades, a perda de vínculo com o curso, a instituição ou o sistema de ensino superior por causas externas, involuntárias e de força maior. Contudo, também reforça que essa nova denominação precisa passar por um teste

de fogo através de pesquisa com evadidos para mensurar os impactos na avaliação das políticas públicas de educação.

Fato é que o problema da evasão estudantil atinge todas as instituições, tanto públicas como privadas, com motivações variadas. Entre elas, aspectos de ordem acadêmica, que contemplam expectativas em relação ao curso ou instituição e podem motivar ou desmotivar o aluno, tornando a conclusão do curso uma prioridade ou não para sua vida (Silva Filho *et al.* 2007); a falta de aquisição de capital cultural não apenas na vida escolar, desde à educação básica, mas ao longo de sua trajetória de vida (Gisi, 2006). Há, ainda, autores que, além dos fatores próprios aos estudantes (externos à instituição), tais como variáveis econômicas, sociais, culturais ou individuais, acrescentam fatores relacionados às instituições ou que possuem um caráter mais interno a estas, tais como a estrutura e dinâmicas de cada curso.

Estes fatores podem ser classificados como os que se relacionam ao próprio estudante, os relacionados ao curso e à instituição e, finalmente, os fatores socioculturais e econômicos externos. Não é possível analisá-los de forma dissociada, pois fatores de uma ordem interferem necessariamente nos demais (Ronsoni, 2014, p. 26).

Em suma, esses fatores se referem ao conjunto de vulnerabilidades que acometem os estudantes, perpassando questões financeiras, pedagógicas, familiares, institucionais e culturais.

Como uma das causas para evasão, o FONAPRACE (2014) reitera que a dificuldade socioeconômica é uma das causas externas dos índices elevados de evasão e retenção, para uma parcela de 14% dos estudantes. Zago (2006) reforça essa inter-relação entre a falta de recursos financeiros e a evasão escolar, contribuindo para o embasamento teórico que impulsionou a criação das ações de assistência estudantil, após um amplo processo de luta e reivindicações pela inclusão social de parcela da população historicamente excluída da escola, como as mulheres, a população negra, os povos indígenas e oriundos de famílias de baixa condição socioeconômica. Não basta, pois, expandir o acesso à escolarização aumentando o número de vagas nas instituições de ensino, conforme explicita

Carvalho (2013) citado por Lima e Melo (2016), é preciso também proporcionar condições para a permanência pensando nesse público excluído. Esse argumento é respaldado também pelo seguinte preceito legal:

Considera-se que o direito à educação deve ter sua concretização assegurada pelo Estado como seu dever e responsabilidade. Esta materialização se dá por meio da formulação de políticas públicas inclusivas, transversais e eficazes, que não se limitem a oportunizar o acesso, mas que representem possibilidades efetivas de permanência e aproveitamento nos diferentes níveis de ensino, oferecendo condições de transposição das barreiras que ocasionam os índices de evasão e retenção dos estudantes no ensino básico e superior (Vargas, 2014, p. 184).

Assim, entendemos a responsabilidade do Estado para garantir as condições de acesso, permanência e êxito a todos, considerando as profundas desigualdades sociais e os perfis múltiplos dos estudantes em todo o território brasileiro. Vale destacar que o enfrentamento às desigualdades sociais parte da busca pela efetivação da proteção integral e materialização dos direitos sociais do estudante, contemplando ações múltiplas e intersetoriais, em que o estudante seja visto em seus aspectos físico, cultural, econômico, psicológico etc. Considerando isso, Monnerat e Souza, acrescentam:

No âmbito das políticas educacionais percebe-se diversos esforços governamentais no sentido de articular políticas intersetoriais que contribuam para o combate de diversos problemas existentes, principalmente no que se refere à evasão escolar, ao analfabetismo, taxas de distorção entre idade e série, dentre outros aspectos. (Monnerat; Souza, 2009, p. 207).

Dessa forma, articulando saberes e reconhecendo a relevância da intersetorialidade para amenizar problemáticas acometidas no processo educativo e para promover a permanência, reforça o entendimento da função social da educação, visto que atua como determinante para a aquisição de capital cultural, social, simbólico e, porque não dizer, econômico, estes somente possíveis através

da conclusão do curso com a qualidade desejada. O fenômeno da evasão no ensino superior é, para Lobo *et al.* (2007, p. 642),

[...] um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Para o setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno, já para o setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Compreende-se, portanto, que a evasão se mostra como um problema complexo para a sociedade e, principalmente para o Estado, que direciona esforços, recursos humanos, estruturais e financeiros para gerir as instituições de ensino, sem que atinjam em totalidade o objetivo de educar, capacitar e incluir socialmente os indivíduos que ingressam na escola, mas não concluem seu percurso estudantil. No caso do nível superior:

Entre 2001 e 2005, de acordo com cálculos feitos com base em dados do Inep, a taxa anual média de evasão no ensino superior brasileiro foi de 22%, com pouca oscilação, mas mostrando tendência de crescimento. A evasão anual é maior nas IES privadas, cuja taxa média no período foi de 26% contra 12% das IES públicas (Lobo, 2007, p. 658).

Em relação aos dados citados pelo autor, é preciso considerar que mais de 70% das matrículas no ensino superior estão concentradas nas instituições privadas. Portanto, é de se concluir que a maior taxa de evasão também seja relativa a elas. Além disso, a maioria dos estudantes dessas instituições privadas são trabalhadores que custeiam seus estudos. Quando ficam desempregados ou com dificuldade financeira, ou encontram outro empecilho para frequentar os estudos, acabam desistindo, uma vez que estudar nem sempre é a prioridade de suas vidas.

Não obstante, o que chama atenção nesses dados é ainda o alto percentual de evasão de estudantes da rede pública (12%). Isso aponta para a necessidade de

investimento governamental em ações que visem contribuir para que esses estudantes consigam permanecer no curso, como auxílios para alimentação, transporte, moradia acadêmica, material pedagógico etc.

Por meio de um estudo-piloto sobre fatores que influenciam na permanência de alunos na UFPB, Castelo Branco et al. (2017) trazem, como resultado de percepções dos próprios estudantes, que os programas de assistência não contribuem para permanência, são pouco divulgados, difíceis de obter e apresentam recursos ineficientes ou insuficientes. Enquanto isso, a vinculação a programas acadêmicos é vista pelos estudantes como importante para a permanência no curso. Eles concluem, então, que a permanência estudantil é função principalmente de convicções do próprio estudante, anteriores ao ingresso no curso, a exemplo do motivo da escolha do curso e expectativas de ingresso no mundo do trabalho.

O ensino médio integrado ao técnico que é ofertado pela RFEPCT pretende enfrentar a contradição entre os setores que o colocavam a serviço da acumulação capitalista e um movimento de possibilidades para a criação de oportunidades e redução das desigualdades (Abreu, 2012, p. 80). Isso pode impactar nas ações de permanência propostas. Ao colocar as necessidades do estudante como prioridades para criar as políticas estudantis, devem ser consideradas suas diversas especificidades, seus sonhos e suas expectativas, e não somente a demanda do mercado.

Dore (2011) assinala que a evasão na escola média geral ou na modalidade profissionalizante se vincula ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino. Em muitos países, especialmente na Europa, o acesso à educação média ou secundária está praticamente universalizado, embora não seja compulsório. Isso leva à conclusão de que a escola se tornou acessível e inclusiva.

Um estudo sobre evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da RFEPCT apresenta como conceito de evasão escolar a perda de vínculo entre aluno e instituição de ensino (Alvarez, 2021), trazendo novamente uma perspectiva mais ampla. Em relação também ao ensino médio técnico, a Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (RIMEPES)

apresenta dados sobre evasão com alguns fatores que contribuem para esse fenômeno:

a) Fatores individuais: comportamento do aluno, atitude perante a vida escolar, convivência social com outros estudantes, professores e comunidade escolar, nível educacional dos pais e renda familiar, dentre outros. b) Fatores institucionais da escola: recursos da instituição, práticas pedagógicas, perfil do corpo docente e características estruturais da escola, dentre outros. c) Fatores do sistema: políticas públicas, mecanismos de retorno e práticas de estímulo à permanência e conclusão. Ou seja, são possibilidades formais do sistema (Dore, 2011, p. 04).

Como dito anteriormente, esses fatores geralmente ocorrem associados e, por isso, dificilmente ações focalizadas e pontuais são capazes de resolver. No âmbito do ensino básico, Dore (2013) afirma que a evasão se torna mais grave quando ocorre ao final do ensino médio, uma vez que essa fase é fundamental para o aluno ingressar em uma qualificação superior. Quando o estudante abandona a escola, ele diminui consideravelmente suas chances de se inserir no mercado de trabalho. É preciso então pensar e agir articuladamente com estratégias que englobam as problemáticas individuais, institucionais e do sistema.

Segundo Maduro Silva (2021), a obrigatoriedade do ensino médio na faixa etária dos 15 aos 17 anos e o aumento da modalidade de ensino técnico-profissional nesse nível emergem como estratégia para amenizar o problema da evasão. O referido autor faz uma análise do processo de construção dos indicadores sobre evasão na rede federal de educação profissional, no período entre 2003 e 2015, no qual desnaturaliza o discurso tecnicista da gestão que afirma levar ao esvaziamento político, demonstrando suas arbitrariedades e revelando que a construção de indicadores implica escolhas baseadas em questões culturais e sociais, em conhecimentos práticos, teóricos e metodológicos, em normas institucionais e, em última instância, no sentido e na direção esperada para as políticas públicas de educação profissional. Dessa forma, conclui que a evasão escolar nessa rede, em especial no ensino médio técnico, deve ser avaliada para além dos aspectos quantitativos e econômicos, de forma consciente e contando com a participação da



comunidade escolar; fazendo a mudança onde realmente importa para que, assim, incontáveis trajetórias estudantis de jovens não sejam interrompidas (Maduro Silva, 2021).

No que se refere às possibilidades de acesso ao ensino técnico, são limitadas tanto pela política educacional quanto por fatores relacionados ao desempenho escolar dos estudantes na educação básica. Para os que conseguem ultrapassar todas as barreiras e se matricular em um curso técnico, resta ainda o desafio de superar condições nem sempre favoráveis à sua permanência na escola. A expansão da RFEPCT iniciada a partir do ano de 2005 representa uma estratégia de democratização do ensino de nível técnico, mas ainda não acompanha a atual demanda e não ameniza a problemática da dualidade de objetivos e de organização da escola média no Brasil, onde aparece de um lado, formação geral, tendo em vista a continuidade de estudos no nível superior; de outro, formação profissional, com foco mais imediato no mercado de trabalho, como assinala Dore (2011). No intuito de encontrar respostas ao problema da evasão e desenvolver recursos adequados à sua resolução, a autora destaca três principais agentes:

- 1) o sistema de ensino, que deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação;
- 2) as instituições escolares, que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e
- 3) o sistema produtivo, que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo (Dore, 2011, p. 06).

Essas são medidas que competem ao poder público implementar, por exemplo, por meio da reformulação do entendimento geral sobre evasão, da avaliação do ensino-aprendizagem, dos investimentos na educação em seus eixos de acesso e permanência.

As ações de permanência, então, têm como foco diminuir a evasão por intermédio de estratégias que visam democratizar a educação e torná-la mais inclusiva, e podem ser feitas através do PNAES, foco deste estudo, mas também por meio de programas acadêmicos, que podem gerar maiores perspectivas de permanência com conclusão do curso, como afirma Jezine (2018). Essa autora

realizou um estudo que se propôs a analisar a relação entre a expansão institucional e os programas acadêmicos de pesquisa no âmbito da UFPB com reflexos para a permanência dos estudantes, observando que é expressivo o número de estudantes concluintes vinculados aos projetos, com ou sem bolsa. Porém, deve-se atentar ao fato de que os projetos têm como um dos critérios possuir bom desempenho acadêmico, o que pode se configurar como fator excludente para aqueles estudantes que não atingem êxito acadêmico por questões alheias à sua vontade, como o caso dos trabalhadores que não conseguem se dedicar interinamente aos estudos.

Coimbra (2021) aponta uma inconsistência quando se refere às dificuldades financeiras dos estudantes como fatores externos causadores da evasão. Nesse ponto, é sabido que a assistência estudantil é uma política universitária cujo objetivo maior é garantir a permanência, combatendo as desigualdades e preservando o direito à educação (Brasil, 2010). Então, caso a evasão seja justificada pelas dificuldades financeiras do discente, estamos diante de um fator interno com vínculos externos, certamente. No entanto, nesse caso, não seria possível isentar a instituição. Segue a mesma linha de pensamento quando cita motivadores alocados nos fatores individuais. Por exemplo, como problemas de aprendizado, dificuldades de relacionamento e baixo prestígio das instituições, podem sucessivamente, resultar da prática pedagógica da instituição ou do(a) docente, das dificuldades de relacionamento derivadas de relações de assédio, e o desprestígio redunde de decisões equivocadas de gestores.

Para Nunes (2010), pode até ser possível o aluno conseguir se manter na universidade sem o auxílio das políticas de assistência, entretanto com a existência dessas políticas ele pode usufruir de maneira mais adequada o seu percurso escolar. Embora o autor apresente essa visão, o que se percebe é que a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família, quanto a questões relacionadas ao contexto escolar e à comunidade em que vive.

Ainda que esses autores citados estudem a evasão, a maior parte deles conclui que ainda permanece uma grande defasagem de conhecimentos a respeito do assunto e que os problemas nessa área precisam de resolução, com

intervenções em todos os âmbitos. Um deles recai sobre o investimento em políticas de acesso concomitantes e na mesma proporcionalidade com as políticas de permanência.

Silva (2018), ao analisar se houve crescimento proporcional nas políticas de acesso e permanência na educação superior com recorte temporal nos anos 2000, quando o REUNI proporcionou a expansão no número de vagas, criação de novas instituições e abertura de novos *campi*, concluiu que há uma desproporcionalidade entre as políticas. Assegura ainda que as IFES reproduzem desigualdades raciais, de renda e de gênero da sociedade brasileira, que implicam dificuldades para aproveitar as oportunidades educacionais que as IFES oferecem, fazendo do direito à educação um privilégio de poucos. Logo, permanência estudantil está intrinsecamente relacionada a desigualdade social.

### **3.1 O pnaes e sua estratégia de permanência no IFPB**

Os institutos federais compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), juntamente com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) é responsável pela manutenção, supervisão e fortalecimento das instituições que compõem essa Rede e, entre as suas atribuições, consta a promoção de programas e ações destinados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, especialmente em relação à integração com o ensino médio, à educação de jovens e adultos, à inovação, à educação a distância, à difusão do uso das tecnologias educacionais e à certificação profissional de trabalhadores.

Tanto os institutos quanto os centros vinculam a oferta do ensino tecnológico de forma relacionada com a educação básica, por meio do ensino médio. Seguindo o proposto no Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004:

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio (Brasil, 2004b, n.p).

O IFPB oferece diversos cursos presenciais e a distância, nas modalidades integrado ao ensino médio, subsequente, superior e pós-graduação (stricto sensu e lato sensu), além de cursos de formação inicial e continuada. Ao longo de mais de cem anos de existência recebeu diferentes denominações: Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com a edição da Lei nº 11.892 de 2008.

A criação dos IF's em 2008 ocorreu um ano após ser instituído o PNAES com a Portaria nº 39, excluindo inicialmente o suporte do programa ao público do ensino médio técnico, sendo reformulado no Decreto nº 7.234/2010 para abarcar também os institutos. Porém, a discussão iniciada nas universidades sobre a assistência estudantil atende às suas próprias especificidades, enquanto no contexto da educação profissional existe uma conjuntura diferente desde o perfil dos estudantes até a finalidade de cada nível de ensino, como destaca Souza (2017, p. 133):

É no movimento pela implementação da assistência estudantil nas universidades federais, que a sua centralidade vai se materializando e, conseqüentemente, o PNAES vai tendo suas ações desenvolvidas nos Institutos que estavam em processo de implantação. Depreende-se desta conjuntura que, pensar a assistência estudantil sob esta configuração se faz muito recente para a educação profissional, tornando-se necessário realizar o diálogo com a educação superior; isso porque, os Institutos também ofertam este nível de ensino, através das licenciaturas e tecnólogos, para não reproduzir determinados discursos que, muitas vezes, ficam restritos ao debate da Assistência Estudantil nas universidades.

O processo de implementação e organização da assistência estudantil no IFPB ocorreu juntamente com a reorganização do setor competente, quando em 2011 foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAEST/ Reitoria), fazendo parte da Diretoria de Articulação Pedagógica da Pró-reitoria de Ensino do IFPB. No mesmo ano, ocorreram diversas reuniões com profissionais e estudantes, o que resultou no I e II Fórum de Assistência Estudantil que teve o movimento estudantil do IFPB (Diretório Central dos Estudantes, Centros Acadêmicos e Grêmio Estudantil) como interlocutor privilegiado no trato das questões relacionadas à elaboração da primeira regulamentação da Política. Em 2015 teve início o movimento de fortalecimento das ações da assistência estudantil sistêmica, resultando em 2016, com a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), fruto da vontade da maioria dos membros da comunidade acadêmica e, sobretudo, como resultado do protagonismo estudantil da instituição. (Lima, 2020).

O estatuto do IFPB (Resolução nº 246/2015) orientou as seguintes competências estatutárias da PRAE:

- I - Elaborar, instruir e promover políticas e planos de desenvolvimento estudantil, em consonância com as diretrizes institucionais ouvidos os estudantes e suas representações;
- II - Prestar apoio e assessoria sobre assuntos estudantis aos *campi*;
- III - Promover, coordenar e executar programas políticos para os estudantes com deficiências educativas, físicas, psíquicas ou motoras, visando à igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso;
- IV - Planejar, elaborar, discutir, fomentar, implementar, executar, acompanhar e avaliar a política de assistência estudantil do IFPB;

- V - Coordenar as atividades de elaboração de editais relativos à assistência estudantil;
- VI - Realizar, em articulação com as demais Pró-Reitorias, o estudo do perfil dos estudantes do IFPB para subsidiar ações e políticas educacionais e sociais de Assistência Estudantil;
- VII - Elaborar, articular e promover ações que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos através da participação dos estudantes em todos os seus processos seletivos;
- VIII - Fomentar e realizar eventos relacionados a assuntos estudantis, no âmbito interno e externo do IFPB;
- IX - Organizar e controlar as atividades dos órgãos a ela subordinados.

Em consonância com seu estatuto e regimento geral, o IFPB executa a política de assistência estudantil mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas com o objetivo de democratizar o acesso, a permanência e a conclusão com êxito dos discentes regularmente matriculados. Em fevereiro do ano de 2011, o IFPB institucionalizou sua política de assistência estudantil, aprovada pela resolução de nº 40 de 06 de maio de 2011, tornando-se uma das ações mais importantes para a inclusão educacional na instituição. No ano de 2016 a política foi avaliada e em 2018 passou por reformulação para melhor atender às necessidades estudantis, resultando na Resolução CS nº 16/2018, que tem como um de seus programas, a concessão de auxílio financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica implementado por meio do Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE). Para ilustrar, Lima (2020, p. 57) construiu o quadro a seguir com os programas existentes antes e após a reformulação:

**Quadro 2 – Comparativo dos programas da PAE 2011 e a reformulação em 2018**

Resolução de nº 40, de 2011-PAE/IFPB	Resolução de nº 25, de 2018 PAE/IFPB reformulada
I-Benefícios socioassistenciais; II - Alimentação; III- Atenção à saúde; IV - Moradia; V- Iniciação ao trabalho; VI - Integração aos estudantes ingressos; VII- Material didático pedagógico; VIII - Apoio aos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais;	I – Programa de Apoio à Permanência do Estudante; II – Programa de Alimentação; III – Programa de Moradia Estudantil; IV – Programa de Atenção e Promoção à Saúde; V – Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;

IX- Atualização para o mundo do trabalho; X- Apoio pedagógico; e XI - Transporte.	VI – Programa de Apoio à Participação em Eventos; VII – Programa de Material Didático-Pedagógico; VIII – Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; IX – Programa de Apoio Pedagógico; e X – Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.
---	---

Fonte: Art. 6º, resolução de nº40, de 2011-PAE/IFPB; Art. 6º, resolução nº25, de junho de 2018, PAE/IFPB reformulada

A partir desse comparativo percebeu-se na PAE/IFPB: a exclusão do programa de iniciação ao trabalho; a não oferta, pelo IFPB, do auxílio creche, cultura, esporte e inclusão digital; o programa de benefícios socioassistenciais com essa nomenclatura deixou de existir tendo seus objetivos contemplados no programa de 'Atenção e Promoção à Saúde'; o programa Integração aos estudantes ingressos passou a ser uma ação desenvolvida em cada *campus*, e não mais um programa como era na política anterior; foi incluído o Programa de Incentivo e Promoção à Cultura, Arte, Esporte e Lazer, bem como, o Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade Educação a Distância (EaD). Segue o quadro que sintetiza a PAE/IFPB após reformulação:

**Quadro 3 – Síntese da política de assistência estudantil do IFPB – Res.16/2018**

<b>Objetivo Geral</b>	Formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.
<b>Objetivos Específicos</b>	I – fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que garantam a permanência e o êxito dos estudantes; II – realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial aos discentes, contribuindo com o processo de aprendizagem; III – assegurar aos discentes com necessidades educativas específicas condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico; IV – promover programas de atenção aos estudantes com deficiência; V – ofertar educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido; VI – garantir ao corpo discente igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; VII – promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais; VIII – promover programas e projetos que visem ao respeito às

	<p>diversidades étnicas, sociais, sexuais, de gênero, geracionais e religiosas;</p> <p>IX – realizar projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam com o desempenho acadêmico do estudante;</p> <p>X – garantir a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, artístico-culturais, esportivos e político-estudantis;</p> <p>XI – incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos e científicos dos estudantes sobre arte e cultura;</p> <p>XII – estimular a participação dos estudantes nos assuntos relativos à assistência estudantil.</p>
<b>Público alvo</b>	Estudantes regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino e atende prioritariamente aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Decreto nº 7.234, Art. 5º) e/ou em situação de vulnerabilidade social <sup>1</sup> , e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015).
<b>Princípios</b>	<p>I – educação como um bem público, gratuito e de qualidade;</p> <p>II – multidisciplinaridade das ações de Assistência Estudantil e respeito ao pluralismo de ideias;</p> <p>III – Assistência Estudantil como direito social e dever político;</p> <p>IV – reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, como valor ético central;</p> <p>V – compromisso com a qualidade dos serviços prestados;</p> <p>VI – fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando;</p> <p>VII – empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivando o respeito à diversidade e à discussão das diferenças;</p> <p>VIII – comprometimento com a educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido;</p> <p>IX – promoção à saúde, esporte e lazer como direito social e dever político;</p> <p>X – posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e a conclusão do curso com qualidade;</p> <p>XI – socialização, com a comunidade, do conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem.</p>
<b>Programas Universais (atendimento será oferecido preferencialmente a toda comunidade discente)</b>	<p>Programa de Atenção e Promoção à Saúde;</p> <p>Programa de Apoio à Participação em Eventos;</p> <p>Programa de Material Didático-Pedagógico;</p> <p>Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer;</p> <p>Programa de Apoio Pedagógico;</p>
<b>Programas Específicos de Atenção Primária e Secundária (para ter acesso a esses programas, é necessária avaliação socioeconômica).</b>	<p>Programa de Apoio à Permanência do Estudante;</p> <p>Programa de Alimentação;</p> <p>Programa de Moradia Estudantil;</p> <p>Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;</p> <p>Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.</p>
<b>Recursos Humanos (equipe multidisciplinar)</b>	<p>I – Serviço Social;</p> <p>II – Psicologia;</p>



	III – Pedagogia; IV – Nutrição; V – Medicina; VI – Enfermagem; VII – Odontologia; VIII – Educação Física; IX – Arte; X – Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas.
<b>Gestão, Avaliação e Monitoramento</b>	Os <i>campi</i> do IFPB são responsáveis pelo gerenciamento, em consonância com o Comitê de Assistência Estudantil.
<b>Recursos Financeiros</b>	I – Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; II – recursos orçamentários dos <i>campi</i> , alocados na ação 2994 – elemento de despesa 339018 – assistência ao educando da educação profissional e da educação de jovens e adultos.
<b>Tempo de revisão</b>	A cada quadriênio.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base na Resolução nº16 do IFPB (2018)

Atualmente, a proposta do Programa de Apoio à Permanência do Estudante (PAPE), contempla o Programa de Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte elencados na resolução de nº 40 de 2011, o qual devido às várias especificidades de realidades no que tange à distância, tipo de transporte, localidade (zona rural ou urbana), exige-se repasse financeiro diferenciado para cada caso a ser definido a partir de uma avaliação socioeconômica que, se favorável, possibilita a concessão do PAPE.

O PAPE é a formatação dada pelo IFPB ao PNAES, no que concerne à assistência financeira com a finalidade de atender às necessidades de manutenção do estudante na instituição tais como as de transporte, moradia, alimentação e de aquisição de material didático-pedagógico. Para ser contemplado com o programa o estudante se submete a um processo de seleção para comprovar a vulnerabilidade social.

Conforme orienta o decreto do PNAES, o público atendido é composto prioritariamente por discentes regularmente matriculados em cursos técnicos e de graduação presenciais oriundos da rede pública de educação ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, podendo também, além desses critérios, serem estabelecidos outros pela instituição. Vale destacar que esse critério de seleção por renda exclui a universalidade da política e não caracteriza diretamente a vulnerabilidade social, tendo em vista que

A totalidade das universidades que possui alguma política de assistência estudantil vincula seus auxílios à comprovação de carência financeira. Esta demonstração de insuficiência de renda, por vezes, assume um caráter que pouco se distancia do antigo Atestado de Pobreza (Leite, 2012, p. 468).

Dessa forma, o critério de renda utilizado pelas instituições de ensino descaracteriza a ideia de inclusão e tende para a segregação à medida que cria mecanismos discriminatórios para limitar o programa aos mais pobres dos mais pobres, por isso a comparação com o atestado de pobreza, e não analisa outras características envolvidas no contexto da vulnerabilidade. Vale salientar, ainda, que o critério de renda de um salário-mínimo e meio *per capita* vai muito além da média da maioria da população brasileira, motivo pelo qual o PNAES não atende a todos que estão dentro desta regra e pode cair no risco da meritocracia e da seletividade, pois:

Com efeito, os Institutos Federais têm trabalhado, no tocante a esta política, com o conceito de pobreza relativa, que considera pobres aqueles, que em relação ao conjunto da população, ganham um salário inferior ao mínimo, ou até um salário mínimo e meio per capita. Isso, de certo modo, difere da noção de privação social que surge a partir da década de 1980, cujo enfoque, centrado na renda, estabelece uma linha de pobreza, cujos limites mínimos esbarram na sobrevivência, e não em parâmetros adequados de regime alimentar, conforto básico e condições de inserção social (Souza, 2017, p. 142).

Assim, algumas mudanças estão ocorrendo para tornar essa política menos excludente, considerando um conjunto de fatores que expressam necessidades financeiras, humanas, físicas e sociais no IFPB. Cada *campus* do IFPB organiza o processo de seleção e planeja como o recurso da AE será implementado, os valores individuais dos auxílios e o quantitativo de beneficiados, seguindo a regulamentação geral do instituto (Resolução CS nº 16/2018). A proposição de valores do auxílio precisa considerar demandas de discentes em vulnerabilidade e a realidade social dinâmica em que estão inseridos, demandas essas nem sempre visualizadas em

determinados momentos históricos e que podem ser observadas nos contextos múltiplos de onde ingressam os estudantes, sejam nos locais de zona rural, urbana, agrícola, indígena, industrial, entre outras nuances do território paraibano.

Nesse contexto, o PAPE tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito. A quantidade de estudantes atendida pelo programa é definida a partir do planejamento orçamentário dos *campi* e o acesso ao programa ocorre mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise é realizada por assistente social da instituição, estabelecido em regulamentação específica. (Art. 7º da resolução CS nº 16/ 2018 PAE-IFPB).

A análise socioeconômica ocorre em função do índice de vulnerabilidade social (IVS), que é obtido por meio da apreciação da documentação dos estudantes e de suas famílias, na qual constam dados sobre renda bruta familiar; situação de emprego/ocupação; situação de inscrição no Cadastro Único do Governo Federal; composição familiar; regime de ocupação do domicílio; distância do domicílio em relação à instituição, ao *campus* que frequenta; situação de mobilidade estudantil; egresso de escola pública ou privada; grau de instrução do responsável familiar. Essas variáveis são calculadas, cada uma com seu peso, como demonstrado no quadro abaixo, para gerar o IVS do estudante e, assim, possibilitar a inscrição nos processos seletivos de auxílios, que classifica os maiores IVS nas maiores faixas de valores.

**Quadro 4 – Pontuação do índice de vulnerabilidade social**

Variável	Indicadores	Peso	Pontuação
Renda bruta familiar per capita – RF	0 a 0,25 s.m.	40%	10
	0,26 a 0,5 s.m.		08
	0,6 a 0,75 s.m.		07
	0,76 a 1 s.m.		05
	1,1 a 1,5 s.m.		04
	Acima 1,5 s.m.		00
Situação de emprego, trabalho ou ocupação por pessoa do grupo familiar – SE	Pessoa com vínculo formal de trabalho / aposentado / pensionista por morte	5%	02
	Jovem Aprendiz		05
	Autônomo/Profissional Liberal		06
	Pessoa em cumprimento de Aviso prévio ou em recebimento de seguro-desemprego		07
	Pessoa sem vínculo formal de trabalho/		08

	Agricultor, produtor rural ou pescador artesanal/rendimento proveniente de aluguel de imóveis		
	Desempregado (a)		10
Cadastro do CadÚnico – CC	Benefício de Prestação Continuada	5%	00
	Programas de transferência de renda do Governo Federal		05
	Cadastrado com número do NIS (sem receber benefício)		10
Composição familiar (por pessoa do grupo familiar) – CF	Jovens e adultos (19 a 59 anos)	5%	02
	Adolescentes (12 a 18 anos)		07
	Crianças (de 0 a 11)		08
	Idosos (Acima de 60 anos)		10
Regime de ocupação do domicílio familiar – DF	Própria	5%	00
	Cedida		07
	Financiada		08
	Alugada		10
	Assentamento proveniente de reforma agrária		10
	Domicílio em imóvel ocupado/situação de rua		10
Situação territorial do domicílio familiar – ST	Zona Urbana	5%	00
	Zona Rural		10
Distância do domicílio familiar – DD	Até 03 km	5%	00
	De 3,1 a 15 km		03
	De 15,1 a 30 km		05
	De 30,1 a 70 km		07
	Acima 70 km		10
Estudante em situação de mobilidade estudantil – ME	Não	10%	00
	Sim		10
Egresso de ensino fundamental ou médio (estudante) - ano anterior ao ingresso no IFPB – EP	Ensino regular em escola particular	15%	00
	Ensino regular em escola pública		10
Grau de instrução do responsável – IR	Analfabeto	5%	10
	Ensino Fundamental incompleto		10
	Ensino Fundamental		08
	Ensino Médio incompleto		07
	Ensino Médio		05
	Superior		02
	Pós-graduação		00

Fonte: IFPB (2023, p. 02)

A ideia, portanto, é considerar a multiplicidade de fatores que compõem a vulnerabilidade socioeconômica e chegar, minimamente, a uma análise justa diante

das problemáticas vivenciadas pelos estudantes do IFPB. O IVS, portanto, não se refere apenas à verificação centrada na renda, mas também diz respeito a uma conjunção de fatores que expressam necessidades de realização humana, física, social e de autonomia dos estudantes.

No ano de 2022, conforme pesquisa no SUAP, o IFPB tinha 18.426 estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados, subsequentes e superior, e somente uma parcela de 5.962 estudantes foram beneficiados com o auxílio do PAPE. O que se percebe então é uma restrição significativa dos beneficiários muito atrelada aos poucos investimentos orçamentários nessa política, decorrente, talvez, da falta de conhecimento por parte dos governantes sobre sua relevância.

O orçamento anual da política de assistência estudantil se dá por meio de repasse do Governo Federal para os Institutos, através do CONIF, calculado com base na proposta orçamentária do ano corrente, ajustado pela inflação acumulada e projeções de crescimento de matrículas. O valor deve considerar as necessidades específicas de cada instituto, como investimentos, manutenção, pesquisa, extensão e ensino. A execução do recurso é feita por cada instituto, tomando decisões sobre como alocar os recursos de acordo com suas prioridades e necessidades, incluindo a despesa de AE. No quadro seguinte é possível ver a projeção do montante direcionado a essa rubrica no período 2016 a 2022, neste último com o maior salto no orçamento.

**Quadro 5 – Orçamento da assistência estudantil do IFPB/ anos de 2016 a 2022**

<b>Ano</b>	<b>Valores previstos no orçamento (empenhados)</b>	<b>Valores aplicados</b>
2016	12.644.728,63	10.796.600,01
2017	13.285.791,79	11.965.250,77
2018	14.224.077,87	12.258.175,67
2019	14.568.067,02	12.755.909,99
2020	14.210.232,87	13.262.901,40
2021	14.498.561,00	13.605.029,09
2022	18.334.199,09	16.287.278,36

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos dados da Plataforma Tesouro Gerencial (2024)

Além da questão orçamentária, outra problemática apontada por Silveira (2012) refere-se à falta de padronização dos serviços de assistência estudantil, sendo um elemento que dificulta a eficácia do programa, uma vez que cada instituição possui seu próprio regulamento interno sobre o programa. Sendo a AE uma política nacional, é necessária uma padronização desse programa feito por uma equipe de gestores, técnicos e discentes envolvidos, a fim de garantir a permanência estudantil, que deve ser vista como um direito do estudante garantido pelas instituições de ensino. Para ilustrar essa falta de padronização na implementação do PNAES, seguem alguns exemplos de IFES:

**Quadro 6** – Programas de assistência estudantil nas IFES

Programas de Assistência Estudantil nas IFES		
UFPB	UFRPE	UFRN
Auxílio-Alimentação Auxílio Acesso Digital Auxílio-Creche Auxílio Aluno Apoiador Auxílio Emergencial Temporário Auxílio Inclusão Digital Auxílio Instrumental Auxílio-Moradia Auxílio-Transporte Residência Universitária Restaurante Universitário	Ajuda de custo Auxílio de Atenção à Saúde Auxílio Higiene Menstrual Programa de Apoio Ao Ingressante (Transporte) Programa de Apoio Ao Discente (Bolsa De Apoio Acadêmico, Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação) Programa de Apoio à Gestante (Creche) Programa de Incentivo à Cultura (Coral) Programa de Promoção ao Esporte De Volta ao Lar Restaurante Universitário Programa de Residência Estudantil	Auxílio-Alimentação Auxílio-Creche Auxílio-Moradia Auxílio-Óculos Auxílio-Transporte Bolsa Atleta Bolsa Moradia Bolsas de Apoio Técnico Serviços de Assistência Social de Apoio Pedagógico, de Apoio Psicológico, de Assistência à Saúde Participação em Eventos Científicos, Culturais, Esportivos e Políticos Residência Universitária Restaurante Universitário

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Com esses dados percebe-se adesão à proposta do PNAES de articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo, contudo, são definidas as ações e não as formas de executá-las, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada IFES, diversidade esta demonstrada nessas 03 (três)

instituições da região Nordeste: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). As ações são desenvolvidas na forma de auxílios financeiros, de concessão de residência e restaurante universitário, apoio profissional e serviços como creche, propostos pelos critérios de cada instituição e com base no orçamento reservado. Por outro lado, a não padronização de ações e serviços por parte do Governo permite que cada instituição implemente a AE de acordo com suas especificidades em relação ao perfil dos estudantes, a questão sócio-demográfica e questões institucionais, podendo ser mais eficiente no uso do recurso.

O fator comum entre as instituições de ensino é que esses auxílios e benefícios são disponibilizados por meio de processos seletivos executados sob a responsabilidade dos profissionais de serviço social, que realizam desde a fase de planejamento até a análise e seleção dos beneficiários e, no geral, utilizam o recorte de renda como critério de seleção. É importante ressaltar que a assistência estudantil não deve ser tratada como um programa de transferência de renda, mas como uma política de garantia de acesso, permanência e sucesso no ensino superior. Para isso, é necessário que as instituições de ensino considerem as especificidades dos estudantes, como o perfil socioeconômico, as condições de moradia, o acesso ao transporte, a alimentação e a assistência à saúde, e garantam o acesso a esses serviços de forma gratuita ou subsidiada.

## **CAPÍTULO IV – O PNAES COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NOS INSTITUTOS FEDERAIS: O CASO DO IFPB *CAMPUS* SANTA RITA**

O presente capítulo aborda a ação de permanência referente à concessão do auxílio financeiro para estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba do *campus* Santa Rita, baseado em dados coletados de estudantes por meio de questionário eletrônico, de dados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e em pesquisa documental nas regulamentações do IFPB.

### **4.1 O IFPB *campus* Santa Rita**

O *campus* Santa Rita surgiu na Fase III do Plano de Expansão da Educação Profissional do Governo Federal, que foi até o final de 2014, juntamente com os *campi* na cidade de Guarabira, Cabedelo, Areia, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Mangabeira, Pedras de Fogo, Santa Luzia e Soledade.

Desde janeiro de 2020, o *campus* Santa Rita funciona em sede definitiva, a qual foi inaugurada em 10 de dezembro de 2019. O espaço possui um bloco administrativo e dois blocos acadêmicos com salas de aula, laboratórios de Química, de Física, de Biologia, de Açúcar e Álcool, de Automação e Instrumentação Industrial, de Metrologia, dentre outros. A obra de construção da sede definitiva, iniciada em agosto de 2016, foi resultado de um investimento na ordem de aproximadamente treze milhões de reais, com uma área construída de mais de 5 mil metros quadrados.

Até aquele momento, o município de Santa Rita – que possui a terceira maior população do estado da Paraíba –, por fazer parte da zona metropolitana da capital, sempre foi preterido nos processos de abertura de novas unidades de educação pública, tanto de nível médio profissionalizante, como de nível superior. Contudo, inicialmente, o município não ofereceu a contrapartida solicitada pelo Governo Federal, que era a doação de um terreno para a construção do *campus*.



Diante disso, um grupo de moradores passou a se articular a fim de conseguir o apoio necessário da Prefeitura. A partir da articulação e manifestação de um movimento, intitulado “Amamos Santa Rita, queremos o IFPB”, alcançou-se apoio popular e do poder municipal, que, em 2012, se comprometeu a adquirir e doar o terreno em que hoje funciona o *campus*, processo de doação concluído em 2013. As atividades de instalação do *campus* começaram no segundo semestre de 2014 em prédio alugado e cedido pela Prefeitura Municipal. Neste primeiro momento, o *campus* provisório de Santa Rita, funcionava em 9 salas de uma Ong, onde começaram a ser ministrados os cursos de Cuidador de Idosos e de Agente de Desenvolvimento Cooperativista, pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC). Já os cursos técnicos integrados em Informática e Meio Ambiente do *campus* Santa Rita iniciaram-se ainda nesta sede provisória, no ano de 2016, onde continuaram até meados de 2017, quando o *campus* foi transferido para um outro prédio da Prefeitura, em que funcionou até o final de 2019.

A implantação de uma instituição de ensino de excelência no município de Santa Rita/PB representa a possibilidade de progressão nos estudos para uma grande população jovem, que, até a instalação do *campus*, só tinha oportunidade caso se deslocasse para outro município.

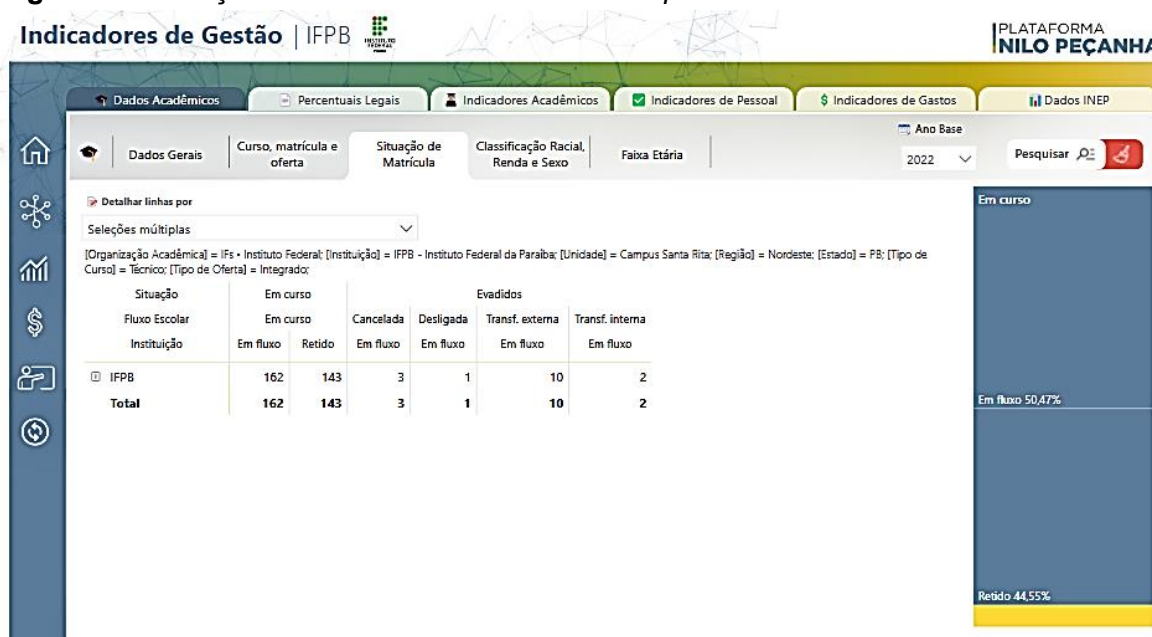
Sobre o município, além de ser o segundo núcleo de povoamento mais antigo do estado da Paraíba, segundo o IBGE, Santa Rita é também pioneira em questão de segurança e economia, tendo chegado a quase 30 engenhos de açúcar, perdendo apenas para Pernambuco. Ainda em questão de economia, foi a primeira cidade paraibana a receber instalação fabril. Trata-se da Companhia de Tecidos Tibiri (CTP), inaugurada em 1892. Santa Rita passou pela condição de engenho, vila, freguesia, paróquia e finalmente foi emancipada em 19 de março de 1890, um ano após a Proclamação da República brasileira.

Em 2022, a população era de 149.910 habitantes e a densidade demográfica era de 208,62 habitantes por quilômetro quadrado. Em 2021, o salário médio mensal era de 1,7 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14,64%; considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 44,6% da população nessas

condições; Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,3%; Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2021, para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 4 e para os anos finais, também de 4; o número de estabelecimentos de ensino médio era de 16 escolas; em 2021, o PIB per capita era de R\$ 18.949,73; índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,627; tem 21,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 69% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3,6% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2024).

A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) apresenta um compilado de dados acadêmicos sobre a IFPB *campus* Santa Rita em 2022, dentre dos quais, a situação de matrículas, no qual 305 são estudantes em curso e 16 evadidos.

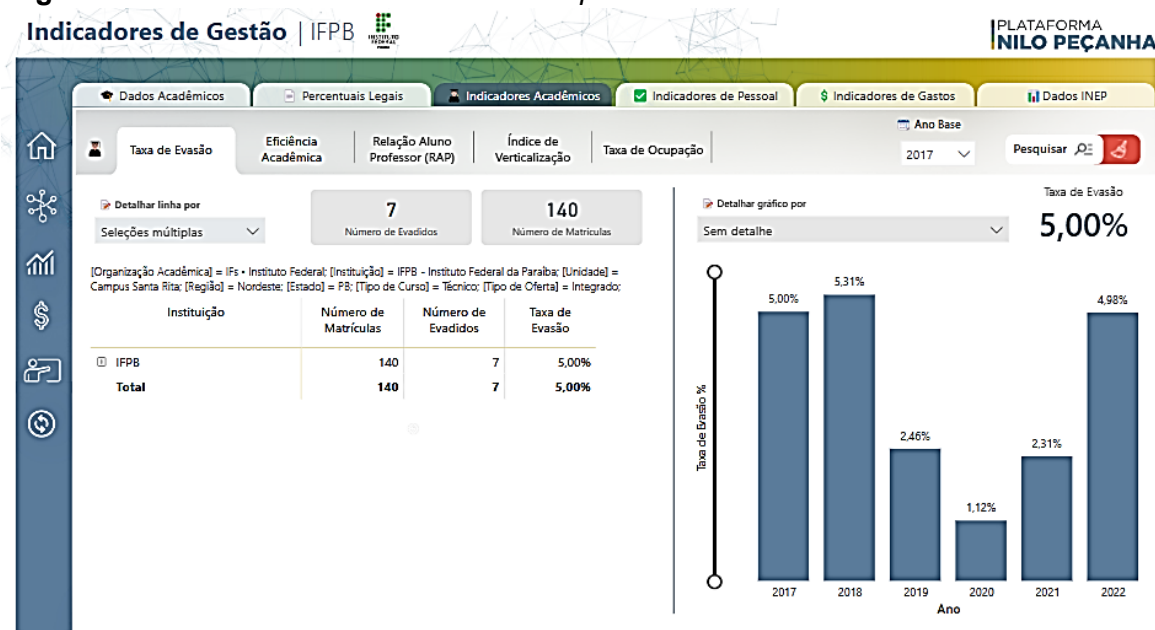
**Figura 1** – Situação de matrículas do IFPB do *campus* Santa Rita no ano de 2022



Fonte: PNP (2024)

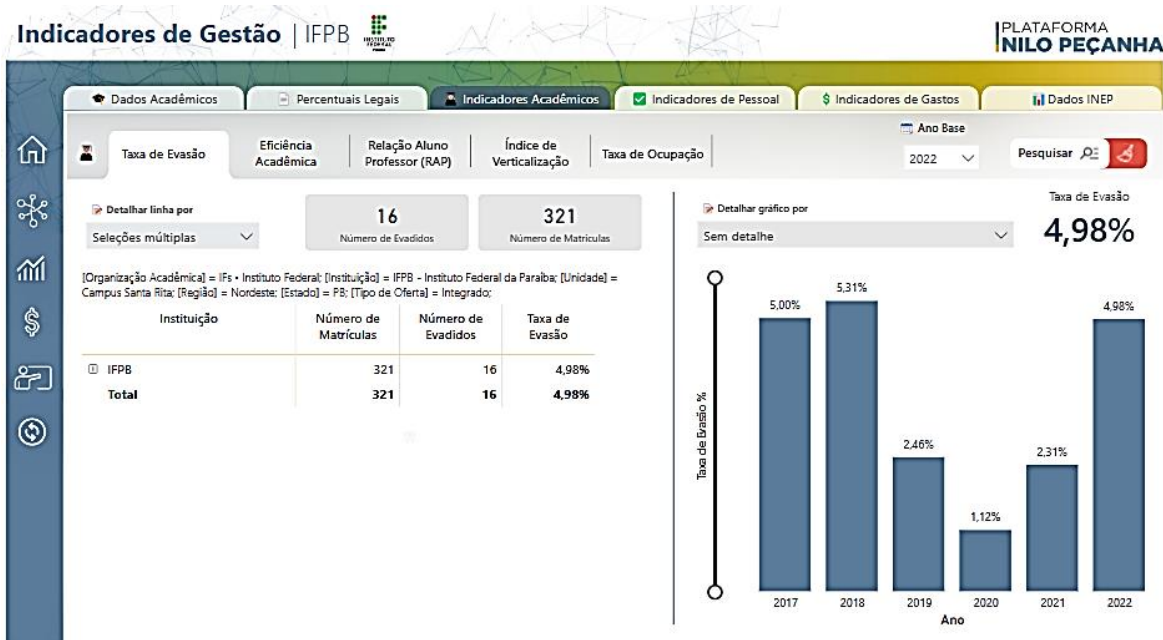
A PNP registrou, a partir de 2017, os índices de evasão no IFPB/SR, com a maior taxa de evasão ocorrida em 2018, chegando a 5,31% de um total de 207 matriculados. A seguir, apresentamos as figuras com dados da PNP sobre as taxas de evadidos nos anos 2017 e 2022 para comparação.

**Figura 2 – Taxa de evasão do IFPB do *campus* de Santa Rita no ano 2017**



Fonte: PNP (2024)

**Figura 3 – Taxa de evasão do IFPB *Campus* Santa Rita no ano 2022**



Fonte: PNP (2024)

A variação entre as taxas é pequena, mas é preciso atentar para o fato de que, em 2017, havia 140 estudantes matriculados, enquanto, em 2022, esse número

subiu para 321, o que revela um maior esforço da gestão com a implementação das ações de permanência nesse período.

No quadro a seguir, são apresentados os valores investidos e as ações contempladas na assistência estudantil do IFPB Santa Rita, entre os anos de 2017 e 2022, para dimensionar a evolução (ou não) dos investimentos.

**Quadro 7 – Orçamento da assistência estudantil nos anos de 2017-2022 para o *campus* Santa Rita do IFPB**

<b>Ano</b>	<b>Valores aplicados</b>	<b>Ações</b>
2017	215.669,14	Ajuda de custo para eventos acadêmicos e esportivos, auxílio transporte, auxílio alimentação, bolsas de projetos de extensão e bolsas para programas de monitorias.
2018	260.000,00	Ajuda de custo para eventos acadêmicos, auxílio transporte, auxílio alimentação, bolsas de projetos de extensão.
2019	146.799,00	Auxílio transporte e auxílio alimentação.
2020	115.059,88	Auxílio PAPE e Auxílio Inclusão Digital.
2021	214.500,00	Auxílio PAPE, Auxílio Inclusão Digital e bolsas para programa de monitoria.
2022	580.696,86	Auxílio PAPE, Material de higiene bucal, Ajuda de custo para visita técnica, Ajuda de custo para eventos acadêmicos e esportivos, Bolsas de projetos de extensão e pesquisa, bolsas para programas de monitorias e contratação de profissionais de apoio para estudantes com necessidades específicas.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos dados da Plataforma Tesouro Gerencial (2024)

A partir de 2022, o *campus* passou a receber um recurso específico para a contratação de profissionais de apoio ao atendimento de estudantes com necessidades específicas, sendo destinado, nesse ano, o equivalente a R\$ 274.556,12, o que representa grande parcela do orçamento previsto para o referido ano.

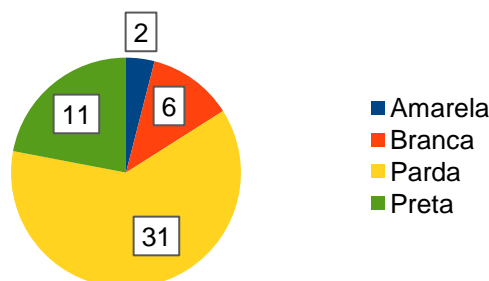
Ao relacionar o número de matrículas com o valor investido ao longo dos anos, fica evidente que não há um crescimento proporcional; na verdade, há uma oscilação no orçamento. Nos anos de 2019 e 2020, houve uma redução das ações custeadas pela AE, inclusive devido ao período de pandemia de Covid-19 iniciado no último, quando foi criado o auxílio inclusão digital.

## 4.2 Caracterização socioeconômica dos participantes da pesquisa

Nesta etapa do trabalho, apresentamos o perfil socioeconômico dos estudantes pesquisados com base nos dados extraídos do SUAP. Nas pesquisas desenvolvidas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do ensino superior brasileiro, é aspecto central a importância das contribuições do FONAPRACE para subsidiar a implantação de políticas de permanência. As primeiras pesquisas desmistificaram a percepção, inculcada no imaginário do senso comum, de que os estudantes das IFES seriam, em sua maioria, oriundos de famílias dos estratos econômicos mais abastados. O quinto e último estudo publicizado, em 2019, demonstrou a mudança ocasionada pelas ações afirmativas e o impacto do PNAES na mudança do perfil das IFES, que se caracterizou:

[...] no aumento numérico da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas, o que atesta a importância da continuidade da alocação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e ações de assistência estudantil, com vistas à permanência destes públicos nas universidades (Fonaprace, 2019, p. 07).

A respeito do público selecionado para a pesquisa, constatamos que a maioria é do sexo feminino: há 33 meninas e 17 meninos, com idades entre 15 e 22 anos. A maioria dos estudantes (36) reside em zona rural. Em relação à autoidentificação de cor/raça, temos a seguinte situação:

**Gráfico 1 – Autoidentificação de cor/raça dos estudantes**

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em dados da pesquisa (2023)

Essa autodeclaração de cor/raça também revela o ingresso por cota no IFPB. Nesse público, houve um quantitativo de 28 estudantes ingressos por cota para pretos, pardos e indígenas (PPI), que é um recorte do quantitativo da cota de egressos de escola pública (EEP).

**Quadro 8 – Forma de ingresso no IFPB**

Tipificação da cota	Quantitativo de estudantes
Oriundo de escola pública	3
Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M	10
Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M.	1
Oriundo de escola pública, com renda inferior a 1,5 S.M., declarado PPI	20
Oriundo de escola pública, declarado PPI	8
Sem cota/ ampla concorrência	8
<b>Total</b>	<b>50</b>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

O quadro retrata a forma de ingresso dos estudantes no IFPB, regulamentada pela Lei nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, orientando a reserva de, no mínimo, 50% das vagas do ensino médio técnico para estudantes que cursaram integralmente o nível fundamental em escolas públicas. Destas vagas, 50% devem ser ocupadas por estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita*, além de autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, conforme a legislação. A proporção deve ser

equivalente à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. Dentre os 50 estudantes pesquisados, apenas 8 não ingressaram por meio de cotas, o que reforça o cenário de vulnerabilidade financeira dos contemplados pelos auxílios. É importante considerar que os candidatos que entram pela ampla concorrência nem sempre têm conhecimento sobre a reserva de vagas para os grupos mencionados e não reivindicam seu direito. Além disso, ser egresso do ensino privado nem sempre representa melhores condições financeiras em comparação aos cotistas.

O perfil das famílias também mudou ao longo do tempo, reduzindo o número de membros e sendo composta por indivíduos ligados por laços consanguíneos, sentimentais ou de afetividade, sejam elas monoparentais, pluriparentais, anaparentais, homoafetivas, entre outras. Entre os grupos familiares dos pesquisados, 19 são monoparentais, com prevalência da presença exclusiva da mãe. Quanto à quantidade de integrantes, o quadro abaixo confirma a redução do grupo familiar:

**Quadro 9** – Número de integrantes por família

<b>Quantidade de integrantes</b>	<b>Quantidade de famílias</b>	<b>Porcentagem</b>
2	4	8%
3	12	24%
4	12	24%
5	16	32%
6	4	8%
7	2	4%
<b>Total de famílias</b>	<b>50</b>	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Uma característica que chama atenção é a renda familiar, variando entre R\$ 200,00 e R\$ 1.799,00, como ilustrada a seguir:

**Quadro 10** – Relação entre renda familiar dos estudantes e quantidade de integrantes

Quantidade de integrantes por família	Renda familiar (R\$)	Renda <i>per capita</i> (R\$)	Quantidade de famílias
2	250	125	1
	350	175	1
	400	200	1
	950	475	1
3	0	0	2
	200	66,67	3
	250	83,33	1
	300	100	1
	400	133,33	1
	600	200	3
	1799	599,67	1
4	0	0	1
	200	50	1
	250	62,50	1
	300	75	1
	413	103,25	1
	440	110	1
	500	125	1
	563,5	140,87	1
	1040,72	260,18	1
	1198,95	299,73	1
	1200	300	1
	1665	416,25	1
5	0	0	3
	500	100	1
	600	120	1
	800	160	2
	1039	207,80	1
	1100	220	1
	1112	222,40	1
	1153,85	230,77	2
	1212	242,40	1
	1249,44	249,89	1
	1272,83	254,57	1
	1312	262,40	1
6	0	0	1
	800	133,33	1
	1100	183,33	1
	1320	220	1
7	1039	148,43	1
	1100	157,14	1
Total de famílias			50

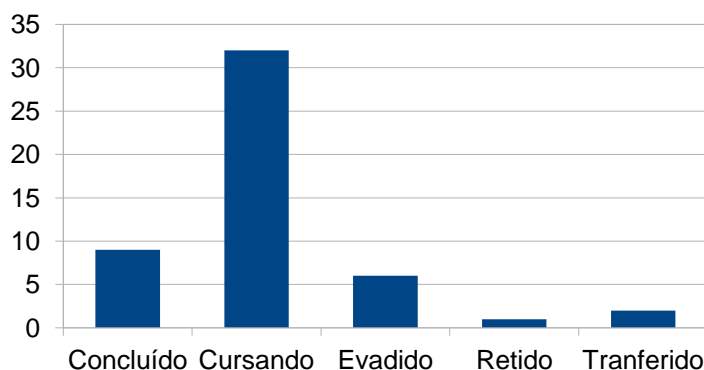
Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)



O quadro também mostra a variação de renda nos grupos familiares, compostos por 2 a 7 integrantes cada, sendo que o maior quantitativo aparece entre famílias com 5 membros (16 famílias). Apesar de observarmos famílias menores, a renda delas está relativamente baixa, com a maioria apresentando uma renda per capita inferior a um quarto do salário-mínimo, refletindo um contexto de pauperização e privação social, evidenciado pela renda.

O governo federal utiliza o critério de renda per capita até R\$ 218,00 para caracterizar a situação de pobreza do indivíduo e selecionar os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Baseado nesse critério, a maioria dos pesquisados se classificaria como pobre. Sobre isso, Ramalho (2013, p. 105) afirma que "[...] estudantes com menor renda tendem a enfrentar um risco aumentado de evasão do ambiente escolar pela necessidade de trabalhar e contribuir financeiramente para o sustento da família, abandonando precocemente os estudos".

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha, o índice de evasão na RFEPCT em 2022 foi de 19,11%, enquanto no IFPB especificamente foi de 13,24%. No *campus* de Santa Rita, considerando o público total de 50 participantes selecionados para a coleta de dados, foi identificada uma taxa de evasão de 12%, lembrando que os participantes correspondem àqueles beneficiados pelo PAPE no ano de 2022. Para Souza (2015, p. 59), "quando a escola não enfrenta o problema da evasão, ela passa a ser instrumento de exclusão, não cumprindo a sua função de integração do indivíduo à sociedade, contribuindo para a segregação desse indivíduo". A seguir, são apresentadas as proporções em relação à situação de matrícula atual (ano 2023) dos pesquisados, nas quais é possível visualizar o número reduzido de evadidos e retidos.

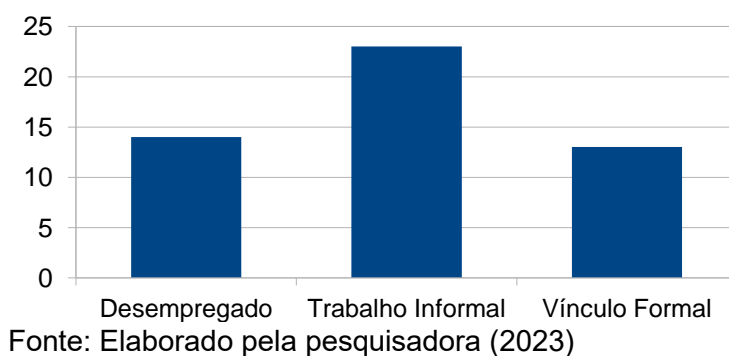
**Gráfico 2** – Vínculo atual do estudante com o IFPB

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Souza (2017, p. 134) afirma que a realidade empírica tem revelado que muitos consideram a concessão de auxílios financeiros no espaço acadêmico um atrativo e, até mesmo, a justificativa para a retenção do estudante na escola e para a repetência. Porém, essa expectativa não é condizente com a situação demonstrada no quadro anterior, onde o número de retidos é ínfimo se comparado aos estudantes cursantes regulares. Vale salientar que:

a política de assistência estudantil, ao levar em conta as posições desiguais dos estudantes, corrobora o entendimento de que o desempenho acadêmico não pode ser identificado exclusivamente pelo processo ensino-aprendizagem, mas que há determinantes sociais e econômicos que influenciam, preponderantemente, neste processo e no percurso educacional (Souza, 2017, p. 134).

A situação do IFPB reflete as alterações no perfil do corpo discente em virtude da lei de cotas e da interiorização dos *campi*, que se estendem do sertão ao litoral do estado da Paraíba. A maioria dos estudantes vem de famílias com renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio, sendo que, para muitos, essa renda é bem menor. Para mensurar a vulnerabilidade econômica vivenciada atualmente, acrescenta-se também a questão da ocupação laboral dos genitores/responsáveis. Muitas famílias sobrevivem de renda proveniente de trabalho informal e/ou de programas de transferência de renda, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

**Gráfico 3** – Ocupação dos genitores/ responsáveis pelo grupo familiar

Outra informação que foi possível extrair dos dados sobre a condição social dos discentes refere-se à relação entre o grau de escolaridade e a ocupação dos genitores/responsáveis pela renda familiar. Esta relação demonstra o baixo índice de escolarização e a precária inserção no mercado de trabalho, conforme elencado no quadro abaixo:

**Quadro 11** – Escolaridade e ocupação dos genitores

ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	QUANTITATIVO
Ensino médio	Trabalho informal	5
	Desemprego	1
Ensino médio incompleto	Trabalho formal	2
	Desemprego	1
Ensino fundamental	Trabalho informal	1
	Desemprego	9
Ensino fundamental incompleto	Trabalho formal	11
	Trabalho informal	12
	Desemprego	5
Não alfabetizado	Trabalho informal	5
	Desemprego	2
Ensino superior	Desemprego	1
<b>Total pesquisado</b>		<b>50</b>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Como é possível observar, a maior parte dos genitores (34 deles) tem escolaridade de nível fundamental incompleto e possui ocupações variadas em trabalhos formais, informais ou está desempregada, com prevalência na

informalidade (12). Nesse nível de escolaridade, também se encontra a maior taxa de desemprego (9).

### **4.3 Análise dos dados coletados com os estudantes**

Tendo em vista que o foco deste estudo é analisar a permanência dos estudantes no IFPB – *campus* Santa Rita – e a influência do auxílio estudantil PAPE para eles, considerou-se necessário conhecer a perspectiva dos beneficiários sobre a instituição, as expectativas e estratégias de permanência, e o auxílio estudantil. Da amostra de 50 participantes selecionados, 23 responderam ao nosso questionário. Apresentamos aos estudantes um conjunto de 13 perguntas, que se circunscrevem à instituição, ao curso e ao auxílio financeiro que recebem. As perguntas servem, para nosso propósito, como categorias gerais de análise, e a partir das respostas elegemos subcategorias para discussão. A frequência dos termos é apresentada através da escolha e transcrição das respostas dos estudantes, estes identificados como Participantes (P.) juntamente com uma numeração de 01 a 23, correspondendo à quantidade de respondentes.

Questionados sobre a escolha do IFPB para cursar o ensino médio, eles, basicamente, se posicionaram em relação à qualificação profissional, à oportunidade de ingresso no mercado de trabalho e à qualidade da instituição para a inserção no emprego. Nas respostas, notamos expressões como oportunidade, instituição renomada, qualidade, referência, curso integrado e mercado de trabalho. Para essas respostas, elegemos as subcategorias ‘qualificação e emprego’ e ‘qualidade da instituição’, ambas exemplificadas no registro de um dos estudantes: “escolhi o IFPB por ser uma instituição muito renomada e de confiança, onde eu sabia que adquiriria muito conhecimento, e conseguiria uma boa base para o mercado de trabalho” (P.01).

**Quadro 12** – Respostas à pergunta “Por que escolheu o IFPB”

<b>Identificação do participante</b>	<b>Fragmento principal da resposta</b>	<b>Subcategoria</b>
01	<i>Oportunidades</i>	Qualificação e mercado de trabalho
02	<i>Referência</i>	Qualidade da Instituição
03	<i>renomada e conhecida pelo ensino</i>	Qualificação e mercado de trabalho
04	<i>Qualidade</i>	Qualificação e mercado de trabalho
05	<i>Qualidade</i>	Qualificação e mercado de trabalho
06	Referência	Qualidade da Instituição
07	estudo melhor	Qualificação e mercado de trabalho
08	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
09	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
10	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
11	ensino e o curso integrado	Qualificação e mercado de trabalho
12	renomada e de confiança; base para o mercado de trabalho	Qualificação e mercado de trabalho
13	Ensino	Qualificação e mercado de trabalho
14	Desejo da escola técnica	Qualificação e mercado de trabalho
15	Indicação de amigos	Outros
16	Educação ótima	Qualificação e mercado de trabalho
17	Qualidade; referência	Qualificação e mercado de trabalho
18	Qualidade; apoio a permanência; docentes	Qualidade da Instituição
19	Renomado	Qualidade da Instituição
20	Qualidade	Qualificação e mercado de trabalho
21	Qualidade; oportunidades	Qualificação e mercado de trabalho
22	Escola completa	Qualidade da Instituição
23	Oportunidades	Qualificação e mercado de trabalho

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

As respostas revelam a maneira como os estudantes veem a instituição, supondo o impacto que o IFPB tem na comunidade de Santa Rita (PB), onde existe uma expectativa quanto à influência da instituição na possível empregabilidade e, conseqüentemente, na ascensão social deles. Isso se deve ao processo em curso de democratização do acesso à educação, que viabiliza a entrada de grupos populacionais historicamente excluídos desse segmento escolar, como registrado por Lima (2020) em sua pesquisa intitulada ‘Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: Análise da Política de Assistência Estudantil do IFPB’:

No âmbito do IFPB, pudemos identificar, através das demandas constantes por serviços de Assistência Estudantil, o crescimento do público oriundo de escolas públicas, baixa renda e autodeclarados negros, indígenas e pardos em todos os *Campi*, em virtude do processo de expansão com o avanço da oferta de cursos e da adesão às formas de ingresso unificadas, instituídas pelo Governo Federal, o qual colocou o IFPB entre as instituições que assumiram o desafio de atender a um público desprovido historicamente do Sistema Educacional (Lima, 2020, p. 17).

No caso do *campus* de Santa Rita do IFPB, há oferta de dois cursos técnicos integrados ao ensino médio: Informática e Meio Ambiente. Conforme consta no site institucional, o primeiro integra-se ao eixo tecnológico informação e comunicação. Ofertados na modalidade integrada, esses cursos permitem a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, com duração média de três anos. A informática, como produto e ferramenta indispensáveis desse eixo, é hoje, em diferentes graus de intensidade, largamente utilizada por todos os setores e ramos da economia. O técnico em meio ambiente, por sua vez, pode, dentre outras atribuições, elaborar relatórios e estudos ambientais; propor medidas para a minimização dos impactos e recuperação de ambientes já degradados; executar sistemas de gestão ambiental; organizar a redução, reuso e reciclagem de resíduos e/ou recursos utilizados em processos; identificar os padrões de produção e consumo de energia; relacionar os sistemas econômicos e suas interações com o meio ambiente; realizar e coordenar o sistema de coleta seletiva; executar plano de ação e manejo de recursos naturais. Os cursos propõem um impacto social e pretendem formar cidadãos comprometidos com a melhoria do bem-estar comum. Dessa maneira, é perceptível a semelhança entre a proposta de ensino do *campus* e o ideal proposto por Ferreira para o ensino médio (2011, p. 13):

Ciência e consciência são o que se tem que reiterar no ensino médio, com muito vigor, a fim de formar homens capazes de, por sua ação inteligente, intencional e compromissada, superar a caótica realidade existente e, através do trabalho, construir um mundo mais justo, solidário e verdadeiramente humano.

A respeito da escolha do curso, os participantes atrelam principalmente à perspectiva de ingresso no mercado de trabalho, além de afinidade com a área. Alguns também assumem que o fizeram por impulso e curiosidade, algo comum para a faixa etária recém-concluinte do ensino fundamental. Percebe-se novamente a visão de qualificação e mercado de trabalho como subcategoria predominante. Assim, ao perguntarmos o porquê da escolha do curso, as respostas dos participantes foram variadas: impulso, mercado de trabalho, identificação, curiosidade e preocupação com o meio ambiente.

**Quadro 13** – Respostas à pergunta “Por que escolheu esse curso”

<b>Identificação do participante</b>	<b>Fragmento principal da resposta</b>	<b>Subcategoria</b>
01	Impulso	Outros
02	relacionado à área da saúde indiretamente.	Qualificação e mercado de trabalho
03	sonho de vida	Qualificação e mercado de trabalho
04	carreira profissional	Qualificação e mercado de trabalho
05	Curiosidade	Outros
06	os possíveis locais empregatícios e vejo como uma futura profissão.	Qualificação e mercado de trabalho
07	da área da vegetação e ambiental, traz um futuro melhor para o planeta.	Qualificação e mercado de trabalho
08	Alta demanda de Mercado	Qualificação e mercado de trabalho
09	desenvolvimento melhor	Qualificação e mercado de trabalho
10	uma área de conhecimento necessária para o mercado de trabalho.	Qualificação e mercado de trabalho
11	interessante e, também, por indicação	Outros
12	área que está em constante crescimento e seria uma boa capacitação para o mercado de trabalho.	Qualificação e mercado de trabalho
13	Interessante; por esta em alta nos tempos de hoje; ajudar na área de emprego.	Qualificação e mercado de trabalho
14	área que me identifico	Outros
15	amplo mercado de trabalho e oportunidades que o curso oferece.	Qualificação e mercado de trabalho
16	Gosto do meio Ambiente	Outros
17	Interesse pela área; oportunidade de adquirir novos	Qualificação e mercado de

	conhecimentos.	trabalho
18	prazer em pesquisar sobre; aprofundar meus conhecimentos nessa área.	Qualificação e mercado de trabalho
19	acreditei ser um curso com uma facilidade muito grande de aprendizado; oportunidade de trabalho.	Qualificação e mercado de trabalho
20	ingressar no mercado de trabalho.	Qualificação e mercado de trabalho
21	identificamos com o curso	Outros
22	Interesse por essa área	Qualificação e mercado de trabalho
23	planejo trabalhar na área de informática e os profissionais dessa área são muito valorizados.	Qualificação e mercado de trabalho

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Percebemos que a opção pelo curso e a permanência nele está atrelada às perspectivas futuras, tanto no que se refere à empregabilidade quanto à compreensão e preservação do meio ambiente e uso de tecnologias. Vejamos alguns registros feitos pelos participantes: “sempre foi uma área que tive prazer em pesquisar sobre, e por morar na zona rural, onde tem usinas voltadas para essa área, decidi que queria aprofundar meus conhecimentos nessa área (P.18)”; “primeiramente achei o nome lindo e impactante, fiz uma pesquisa sobre o curso e gostei do conteúdo, analisei os possíveis locais empregatícios e vejo como uma futura profissão” (P.6).

Na primeira fala, aparece a compreensão do estudante a respeito do curso poder proporcionar inserção profissional na localidade onde vive; já no segundo posicionamento, ele associa de forma mais geral, novamente fazendo alusão à inserção profissional como motivação para escolha do curso. As respostas dos estudantes evidenciam o entendimento deles a respeito da perspectiva positiva sobre o direcionamento da educação profissional para o mercado de trabalho, o que pode fazê-los optar por não dar prosseguimento aos estudos em nível superior, uma vez que conseguem entrar no mercado de trabalho e suprir suas necessidades econômicas imediatas. Esse fato atenderia ao propósito da educação profissional, que objetiva contribuir para a formação de cidadãos para atuar no mundo do trabalho a partir do nível de ensino médio técnico.



A diferenciação entre ensino médio técnico e ensino médio geral evidencia a questão da dualidade entre formação específica e formação geral discutida por Ciavatta e Ramos (2011). A ascensão dessa dualidade no ensino médio remonta aos anos de 1970, quando da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 5.692/71, que legitimou a escola como lócus para capacitar os filhos dos trabalhadores para o trabalho tecnificado. Atualmente, com o advento da LDB nº 9.394/96, há outra perspectiva, sobretudo em função da nova conjuntura social, que coloca a necessidade de uma formação técnica, mas, também, uma formação ampliada, com uma concepção crítica e humana a qual foi denominada de formação integrada. Nesse sentido, Ciavatta e Ramos (2011, p. 36) apontam algumas estratégias para efetiva superação dessa fragmentação:

Estudos sobre a formação integrada evidenciam as dificuldades, mas não a impossibilidade de sua implantação, desde que apoiados por um projeto firme e coerente para sua realização, que supõe: a superação da mentalidade conservadora dos padrões pedagógicos vigentes, assim como de posições políticas adversas ao discurso da formação integrada e da educação emancipatória que tenha base na crítica à sociedade de mercado; gestão e participação democrática nas instituições educacionais; estudo e qualificação conceitual e prática dos professores; envolvimento do quadro docente permanente e transformação dos vínculos precários de trabalho para proporcionar a todos os professores condições materiais (instalações, laboratórios etc.) e condições dignas de trabalho, salariais, de carreira e compromisso com as instituições.

Em contraponto, Silva e Boutin (2018), ao analisarem a proposta de educação integral expressa na atual Reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Lei nº 13.415/2017, reforçam que essa reforma associa a educação integral no chamado Novo Ensino Médio, com compromisso de uma formação mais técnica e menos propedêutica, servindo ao jogo de interesses que rege a sociedade do capital, uma vez que contribui para a formação do sujeito produtivo, do sujeito massa, distanciando-se do conceito de omnilateralidade que pressupõe uma formação efetivamente integral. Dessa forma, as autoras reafirmam a tendência economicista da educação profissional e destacam que o Novo Ensino Médio caminha para o alinhamento junto à ideia dessa educação.

Para Ferreira (2011), esta compreensão inclui, como não poderia deixar de ser, a preparação para o mundo do trabalho, pois um sistema de ensino existe para formar seres humanos que se tornem cidadãos, com capacidade de ir e vir, de decidir sobre sua vida e sobre os destinos da nação. Por isso, deve fornecer todos os “instrumentos” necessários, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, a essa formação, para sujeitos históricos em uma dada sociedade.

Mesmo conscientes sobre a escolha do curso, essa poderia ser mutável ao longo do tempo, porém, ao serem questionados se gostam ou se desejariam mudar de curso, a maioria dos estudantes (20 deles) afirma estar satisfeita com a decisão, sinalizando adaptação à vida acadêmica e motivação com o curso, como o P.12: “o curso me surpreendeu muito e me trouxe outras perspectivas, por isso, não trocaria de curso”.

Essa fala difere então da pesquisa de Alvarez (2021), que apresenta como fatores para a evasão escolar nos cursos técnicos integrados da rede federal a falta de adaptação à vida acadêmica e o desencanto ou desmotivação com o curso escolhido.

Uma informação que pode ser inferida ao analisar as respostas obtidas sobre a escolha do curso é que os estudantes são enfáticos sobre a relevância de se qualificar para o mercado de trabalho, independente do benefício temporário proporcionado pelo auxílio estudantil, o que evidencia a relação da permanência com o êxito no curso em busca da qualificação e descarta a hipótese deste aporte ser o motivador da permanência.

Antes de ingressarem no IFPB, os estudantes já têm expectativas quanto à instituição, como bem sinalizam as respostas do questionamento sobre o diferencial das outras escolas, onde aparece sempre a subcategoria “qualidade da instituição”. A pergunta terminou por direcionar uma resposta favorável sobre o IFPB, pois não seria legítimo fazer um questionamento sobre a instituição sem antes sabermos se ele tem respaldo para fazer a comparação entre o instituto e outra escola de nível médio. Ainda assim, apresentamos as respostas obtidas:

**Quadro 14** – Respostas à pergunta “Existe diferencial entre o IFPB e outras escolas”

<b>Identificação do participante</b>	<b>Fragmento principal da resposta</b>	<b>Subcategoria</b>
01	curso técnico, total apoio ao estudante, visitas técnicas, um excelente corpo docente e uma ótima infraestrutura.	Qualidade da Instituição
02	um padrão que exige mais do aluno, do que em outras instituições	Qualidade da Instituição
03	Os auxílios	Outros
04	Não	Outros
05	alta qualidade de ensino e professores qualificados.	Qualidade da Instituição
06	Os sistemas virtuais, ótima comunicação, rápida e eficaz.	Qualidade da Instituição
07	ensino bastante avançado	Qualidade da Instituição
08	O curso, qualidade de ensino e o auxílio que dão aos alunos em geral	Qualidade da Instituição
09	ensino diferenciando onde eu posso desenvolver projeto de extensão e pesquisa antes mesmo de está no superior	Qualidade da Instituição
10	O maior suporte ao aluno, os projetos e estágios, o ensino e toda a estrutura.	Qualidade da Instituição
11	Sim	Outros
12	estrutura, tanto de ensino como física, excelente.	Qualidade da Instituição
13	ensino integral e técnico, nos ensina a nos posicionar na área de trabalho e termos senso a várias coisas.	Qualidade da Instituição
14	Sim	Outros
15	Um mundo de oportunidades	Qualidade da Instituição
16	A educação	Qualidade da Instituição
17	a liberdade de expressar nossa arte em clubes, oficinas; contato com a diversidade de talentos	Qualidade da Instituição
18	Sim	Outros
19	A estrutura; o nível dos professores	Qualidade da Instituição
20	Os cursos técnicos ofertados.	Qualidade da Instituição
21	O ensino	Qualidade da Instituição
22	O ensino mais completo	Qualidade da Instituição
23	qualidade do ensino	Qualidade da Instituição

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

É notável que os institutos federais de educação são reconhecidos pela qualidade do ensino ofertado, pela diversidade de cursos e por sua relevante atuação junto à população e às empresas locais, visto que atuam no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer. Nesse sentido, a satisfação dos estudantes com o curso escolhido se constitui

em um fator que os influencia a ingressar rapidamente no mercado de trabalho, como evidenciado nas respostas à quarta pergunta, em que sete participantes respondem que desejam somente a inserção no mercado de trabalho, enquanto 11 deles respondem que desejam, antes do emprego, cursar o nível superior. Mas também aparecem 05 estudantes que querem e/ou precisam trabalhar e estudar simultaneamente, como, por exemplo, o P.13: “primeiramente estou focada no ensino superior, e adiante tentar entrar em um mercado de trabalho pode me ajudar nas despesas e ajudar meus responsáveis”.

Essa afirmação está diretamente ligada às condições de vida dos estudantes, pois nem todos vislumbram a possibilidade de cursar o ensino superior em função da necessidade de prover seu sustento e o da família. Quando questionados se contribuem para a renda mensal de sua família (questão 09), 13 deles respondem afirmativamente, demonstrando que o auxílio estudantil também é direcionado para as necessidades familiares.

O auxílio PAPE tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às necessidades de manutenção do estudante na instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito. Porém, não atende todos os estudantes dentro do perfil de renda (um salário-mínimo e meio per capita), pois a quantidade atendida pelo programa é definida a partir do planejamento orçamentário dos *campi*, e o acesso ao programa ocorre mediante processo seletivo, principalmente de caráter socioeconômico, cuja análise é realizada por assistente social da instituição, estabelecido em regulamentação específica (Art. 7º da resolução CS nº 16/2018 PAE-IFPB).

A concessão do auxílio é citada como o diferencial entre o IFPB e as demais escolas, contudo, o auxílio não permite custear todas as despesas referentes a transporte e alimentação diárias do estudante, mas, ainda assim, pode contribuir para que eles se concentrem nos demais aspectos da vida escolar. Dentre as dificuldades apontadas pelos estudantes para permanecer no IFPB, o aspecto financeiro foi o mais citado, conforme mostrado no quadro seguinte em que aparecem fragmentos das respostas à questão sobre dificuldades para permanecer no curso.

**Quadro 15** – Respostas à pergunta “Existem dificuldades para permanecer no curso”

<b>Identificação do participante</b>	<b>Fragmento principal da resposta</b>	<b>Subcategoria</b>
01	custeio da alimentação e principalmente o transporte.	Dificuldade Financeira
02	dificuldade com transportes; pouco de insegurança.	Dificuldade Financeira
03	distância da cidade que morava, e hoje morar sozinha sem ajuda financeira	Dificuldade Financeira
04	Não	Outros
05	assuntos relacionados as matérias do curso.	Outros
06	Transportes; riscos por assaltos	Dificuldade Financeira
07	Custo financeiro	Dificuldade Financeira
08	Transporte, refeição e por conta de muitos terem que ajudar em casa	Dificuldade Financeira
09	locomoção e alimentação	Dificuldade Financeira
10	Não	Outros
11	alguns professores explicam sua matéria um pouco rápido demais.	Outros
12	Não	Outros
13	não tinha notebook e isso complicava.	Dificuldade Financeira
14	tive bebê	Outros
15	Não	Outros
16	Não muita	Outros
17	A convivência com a turma; exclusão	Outros
18	não, recebi auxílio permanência, que foi muito importante	Dificuldade Financeira
19	necessidades conhecimentos não adquiridos no fundamental; necessidade de recursos para transporte	Dificuldade Financeira
20	Transporte	Dificuldade Financeira
21	sempre damos um jeito	Outros
22	Não	Outros
23	Não	Outros

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Surge então a subcategoria “Dificuldade financeira”. Ela corrobora com o aspecto financeiro dos estudantes, que é o fator de maior relevância para o ingresso e permanência de milhares de jovens no ensino médio. Podemos mensurar a importância do PAPE para a vida estudantil no IFPB/SR. A esse respeito, Souza (2015, p. 110) afirma que o auxílio estudantil produz no aluno o sentimento de independência, aumenta sua autonomia, “pois ao possuir recursos para custear suas necessidades, o aluno passa a depender menos dos pais quanto ao aspecto

financeiro”. Considerando ainda que, conforme apresentado anteriormente no quadro 10, a renda das famílias dos estudantes alvo da nossa pesquisa está dentro do critério de situação de pobreza, então os gastos relativos à escolarização impactam significativamente no orçamento doméstico.

Em relação às estratégias que ajudam a permanecer na instituição (questão 07), os participantes consideram, além do auxílio financeiro, outros incrementos do IFPB, como núcleos de aprendizagem e atividades de pesquisa e extensão. Essas estratégias relacionadas às questões de aprendizagem não apareceram nas falas com frequência, por isso, não se constituem como subcategoria de análise. A respeito dessas ações, há uma classificação pertinente apresentada por Souza (2017, p. 139):

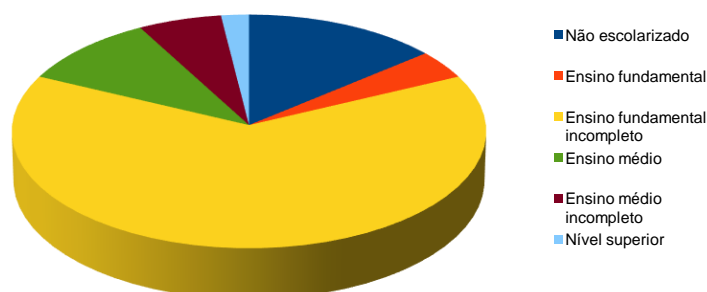
a particularização das ações por programas universais, de permanência e acadêmico, apresentaram uma caracterização dos programas e benefícios pelo público a quem se destinavam, assim elencados: Programas universais: destinam-se a todos os estudantes regularmente matriculados, independente do recorte de renda, sendo desenvolvidos nas áreas de saúde, cultura, esporte, lazer, inclusão digital e acompanhamento biopsicossocial; Programas acadêmicos: destinam-se a todos os estudantes, desenvolvidos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, de natureza técnico-científica, regido por critérios de seleção e manutenção, por destinar bolsas de caráter acadêmico; Programas assistenciais: destinam-se aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, envolvendo critério de renda, sendo desenvolvidos nas áreas de alimentação, transporte, creche, moradia e auxílio financeiro.

Dessa forma, todas as ações contribuem para a permanência, sejam elas universais, destinadas a todos os estudantes, independente de critérios, como a assistência em saúde; os programas acadêmicos, com critério de mérito por desempenho; ou as ações assistenciais que selecionam os beneficiados de acordo com recorte socioeconômico.

A família também representa um eixo de sustentação para a permanência quando esta participa, incentiva e dá suporte para o estudante. A esse respeito, fizemos a seguinte pergunta “Sua família participa da vida escolar? Ela ajuda de alguma forma?”. A maioria respondeu afirmativamente, como registrou um deles:

“participam sim, quando podem. Minha mãe não me deixa sobrecarregada com os afazeres de casa pra eu ter mais tempo para estudar” (P.17). O que surpreende é o fato de que uma parte considerável deles (40%) registrou que não tem apoio da família para os estudos. Ramalho (2013, p. 103) afirma que “na educação básica, geralmente o sucesso escolar está relacionado à renda e à escolaridade dos pais”. Significa dizer que famílias com renda mais alta costumam ter nível escolar mais elevado e consideram a importância da escolarização para os filhos. Apesar disso, os participantes da pesquisa tiveram êxito na conclusão do curso, mesmo vivendo com renda baixa e com responsáveis sem elevado grau de escolaridade, conforme apresentado.

**Gráfico 4** – Escolaridade dos pais dos estudantes



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Essa associação pode sugerir uma visão determinista, ou seja, supor que um estudante com precária condição socioeconômica e com pais com pouca escolaridade, de forma geral, terá mais dificuldade de corresponder às expectativas escolares e, conseqüentemente, estará mais propenso ao fracasso escolar, porém, várias pesquisas apresentam essa perspectiva. Uma situação está atrelada à outra e parece levar a um ciclo vicioso, do qual o estudante sozinho não consegue se desvencilhar. Dessa maneira, não funcionam oportunidades iguais para todos ou a meritocracia como critério de seleção. Os discursos que contêm essas afirmações

derivam de opiniões que não conseguem ou não querem fazer uma análise mais profunda e contextual da sociedade de classes. Portanto, políticas governamentais que visem alocar recursos para oferecer condições diferenciadas e equitativas para as populações economicamente carentes são fundamentais para atingirmos uma sociedade mais justa na área da educação.

O *campus* da cidade de Santa Rita do IFPB finalizou o ano 2022 com um quantitativo de 305 estudantes ativos e ofereceu 138 vagas para o auxílio PAPE, contemplando, dessa maneira, 45% do total de matriculados. Nesse contexto, perguntamos aos participantes da nossa pesquisa como tiveram conhecimento sobre o auxílio. A maioria (48%) respondeu que foi por meio da equipe da instituição, sobretudo por meio dos funcionários que fazem parte do setor de atendimento ao aluno, 22% responderam que foi por meio de redes sociais (site institucional, Instagram, WhatsApp), 13% registraram que foi por meio de colegas e 17% registraram outras formas.

Com base nessas respostas é preciso pensar se a divulgação e publicização das informações são realizadas de forma cuidadosa e buscando atingir o público do *campus* Santa Rita, pois, como assinala Abreu (2012, p. 112), a informação é elemento determinante para que os estudantes tenham acesso às políticas públicas. Isso significa que a implementação de uma política ou programa supõe um processo amplo de divulgação, especialmente no seio da comunidade à qual se destina. No caso do nosso estudo, como a autora também é a profissional que implementa todo o processo do auxílio estudantil no *campus*, pode-se antecipar que a divulgação é realizada por meio de visitas às turmas de estudantes para apresentar os editais, com mais empenho no repasse das informações nas turmas iniciais, há folders com informativos sobre o processo, tutoriais dos editais de seleção e uso constante do site do IFPB, aplicativos de mensagens, entre outros. Dessa forma, entende-se que o trabalho é voltado para favorecer condições de igualdade a quem tiver interesse em pleitear o auxílio, ampliando as possibilidades de acesso à informação.

Apesar disso, ainda é possível perceber que essa divulgação não tem tido o alcance desejado, tanto em nível de suficiência quanto de clareza, pois há muitos erros na documentação enviada pelos estudantes, o que leva ao indeferimento da solicitação devido, em alguns casos, à impossibilidade da análise da situação



socioeconômica. Isso leva à exclusão de alguns estudantes. Seriam eles aqueles com maiores dificuldades de compreensão e/ou com pouco acesso e conhecimento de informática para fazer a inscrição da forma correta? Fica aqui o questionamento.

Também questionamos os estudantes a respeito do uso do recurso que receberam, ou seja, se o valor concedido é suficiente para custear as despesas básicas deles, como transporte, alimentação e material didático. A maioria (74%) afirmou positivamente, enquanto os demais responderam negativamente.

A respeito do processo de seleção do auxílio estudantil, foram obtidas respostas favoráveis e desfavoráveis, nas quais se percebe que foram levadas em consideração não somente a questão do trâmite da inscrição como também a efetividade do auxílio.

**Quadro 16** – Respostas à Pergunta “O que você pensa sobre o processo de seleção do auxílio estudantil”

<b>Identificação do participante</b>	<b>Fragmento principal da resposta</b>	<b>Subcategoria</b>
01	Acho ok	Favorável
02	Bom	Favorável
03	Muito bom	Favorável
04	Pouco extensor	Desfavorável
05	Bastante útil	Favorável
06	Necessário	Favorável
07	Ótimo benefício	Favorável e efetivo
08	Precisa de uma investigação melhor	Desfavorável
09	Com critérios válidos e eficaz	Favorável
10	Justo	Favorável
11	Ótimo	Favorável
12	É um processo justo; utiliza o IVS, mas deveria ser obrigatório sua renovação anualmente.	Favorável
13	Justo	Favorável
14	Grande ajuda	Favorável e efetivo
15	Processo justo	Favorável
16	Muito bom; ajuda o estudante	Favorável e efetivo
17	Grande ajuda	Favorável e efetivo
18	Gosto; bem justo; simplificado	Favorável
19	Bom, mas tem de saber que nem todos que recebem de fato precisam, tirando assim o direito de quem mais precisa.	Favorável
20	Justo	Favorável
21	Ajuda o discente	Favorável
22	Bom; ajuda quem não tem condições	Favorável e efetivo
23	Parece confiável	Favorável

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Das respostas apresentadas, três demonstram uma certa insatisfação, expressa na subcategoria “Desfavorável” (opinião possivelmente compartilhada por outros participantes, que não disseram o mesmo por, talvez, não terem compreendido a intenção da pergunta, quanto ao processo de seleção), a saber: “precisa de uma investigação melhor” (P.08); “deveria ser obrigatório sua renovação anualmente” (P.12); e, por último, “tem de saber que nem todos que recebem de fato precisam, tirando assim o direito de quem mais precisa” (P.19).

Quando questionados se conseguiriam cursar o ensino médio técnico sem a assistência estudantil (questão 13), 87% dos participantes respondem

negativamente, confirmando a importância do auxílio PAPE para a sua permanência na instituição. Sabemos que, dificilmente os participantes dariam respostas negativas sobre a relevância do PAPE, no entanto, as respostas antecedentes, como, por exemplo, a valorização da qualidade do ensino da Instituição, sinaliza o real interesse dos estudantes ao ingressarem e anula a ideia de atrelar a motivação do ingresso ao recebimento do auxílio. Além disso, o valor concedido auxilia somente no custeio das despesas do estudante, pois o gasto mínimo mensal com transporte e alimentação, agravado ainda pelo fato das aulas ocorrerem em período integral, não poderia ser resolvido somente com o PAPE.

Assim, a verificação da permanência e do desempenho de alunos com desvantagens socioeconômicas no ensino médio profissional é extremamente relevante para a discussão sobre a busca pela equidade educacional e a formulação de estratégias escolares adequadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa concentrou-se em analisar a importância do auxílio financeiro concedido aos estudantes do IFPB para a permanência deles no curso. Embora tenhamos o entendimento de que a assistência estudantil não pode se restringir à oferta de bolsas e/ou auxílios materiais, foi possível confirmar que a carência financeira é um dos principais fatores para a retenção do estudante. Dessa forma, entendemos que os programas assistenciais de repasse financeiro no espaço escolar buscam corrigir (ou pelo menos amenizar) uma relação desigual de acesso e, principalmente, de permanência na escola para grupos historicamente excluídos.

Em uma sociedade com profundas desigualdades sociais como a brasileira, a dificuldade em permanecer na escola deve ser vista a partir da condição de classe dos estudantes em seus diversos aspectos, no sentido de tentarmos reduzir essas desigualdades que excluem aqueles que nunca tiveram oportunidade de ocupar o espaço escolar.

A análise sobre a assistência estudantil, com foco na concessão do auxílio financeiro, ainda carece de aprofundamento nas discussões e estudos, inclusive porque a AE não pode se limitar à concessão de subsídios financeiros. Sozinha, essa política não consegue solucionar o problema da evasão e da falta de acesso, pois poderia levar ao erro de “financeirizar” uma problemática que envolve outros aspectos, como os individuais, assim como questões externas e internas à instituição, o que requer múltiplas estratégias intersetoriais. Não obstante, nosso trabalho procurou mostrar a relevância do PNAES para aqueles que ingressam e desejam permanecer no ensino médio técnico com o propósito de se qualificar e melhorar sua condição de vida, mas esbarram na dificuldade financeira.

É importante frisar que o critério proposto pelo PNAES para definição do público-alvo, a partir do critério de renda, torna-se excludente, pois somente a renda não expressa a vulnerabilidade social, ainda mais considerando as múltiplas realidades (geográficas, econômicas, demográficas etc.) do país. Se a vulnerabilidade é múltipla e impacta diretamente na permanência estudantil, então, selecionar os indivíduos beneficiários com base em um único critério, torna-se, de antemão, uma ação excludente, seletiva e superficial. Em contrapartida, a seleção é

necessária devido à limitação orçamentária, que impossibilita a execução da política para todos os estudantes em situação de precariedade social.

Não existe um marco legal específico para a política de assistência estudantil nos institutos federais de educação, embora as considerações sobre sua pouca relevância no PNAES sejam feitas. Atualmente, as ações institucionais referentes à AE são orientadas por esse programa. Os IFs, tomando como ponto de partida o IFPB, têm se organizado e implementado as ações, mas existe uma lacuna de articulações em nível nacional na perspectiva de construção e fortalecimento dessa política.

O termo avaliação, neste trabalho, tem o sentido mais geral da palavra, significando o julgamento das ações executadas. Este estudo se propôs a avaliar a influência do auxílio financeiro para a permanência dos estudantes do IFPB *campus* Santa Rita partindo da opinião dos estudantes beneficiados e, como não poderia deixar de ser, da vivência própria da pesquisadora como parte do corpo de servidores da instituição.

Dessa forma, a análise dos dados mostrou que a percepção sobre os auxílios para a permanência é positiva e, mais ainda, que a motivação para permanência é a qualificação para o mercado de trabalho; que a qualidade da instituição é um diferencial e que a dificuldade financeira é um empecilho para a permanência. Assim, a permanência estudantil ocorre principalmente em razão do esforço e de convicções do próprio estudante, anteriores ao ingresso no curso, a exemplo do motivo da escolha do curso e expectativas de ingresso no mercado de trabalho. Porém, não dispensa a significativa contribuição do auxílio financeiro para a permanência dos estudantes e para sua inclusão social por meio da qualificação para o mundo do trabalho.

Vale ressaltar que o perfil do público pesquisado corresponde, em sua maioria, a estudantes do sexo feminino, egressos do ensino público, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, cuja renda familiar mensal per capita é condizente com a situação de pobreza, em famílias com baixo grau de escolaridade e advindos da zona rural.

No texto do referido decreto não são apresentados critérios para permanência dos estudantes no PNAES e nem apresenta a articulação do acesso com a

finalidade do programa, expresso atualmente por meio da frequência e do rendimento acadêmico. Uma conquista importante ocorreu com a modificação na lei de cotas, que prevê estudantes ingressantes por meio de cotas PPI como prioridade na AE.

Entre as problemáticas da AE está a falta de regulamentação, pois é organizada por meio de um decreto, e conseqüentemente, não dá garantia de continuidade do PNAES como política pública, inclusive na questão orçamentária. Há também necessidade de criação de indicadores avaliativos envolvendo todos os atores (estudantes beneficiados, profissionais e gestores), bem como instrumentos de avaliação e monitoramento da política de assistência estudantil, que utilize como critérios avaliativos o que o programa coloca como objetivo: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Estes são, talvez, os grandes desafios.

Contudo, a instituição de ensino não pode, sozinha, reduzir as desigualdades sociais. É preciso um esforço conjunto e articulado, principalmente no âmbito das políticas sociais, para criar estratégias democráticas e inclusivas que tenham impacto e efeito na atual e latente desigualdade social.

Em resumo, embora seja possível para o estudante manter-se na instituição de ensino sem o auxílio da política de assistência, sua existência possibilita que ele usufrua de maneira mais adequada de seu percurso escolar e, conseqüentemente, do processo formativo.

Este estudo resultou em um relatório conclusivo como produto, apresentado em anexo, o qual acreditamos ter o potencial de contribuir para a análise da instituição onde a pesquisa foi realizada, abordando como os estudantes percebem o auxílio financeiro e assim apropriando-se dos vieses do diagnóstico obtido.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica do Maranhão**: avaliação do processo de implementação. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) — Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/853>. Acesso em: 08 jun. 2024.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação: perspectivas sócio-ocupacionais. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Florianópolis: NECAD, UFSC, 2007. Disponível em: [https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_perspectivas\\_socio\\_ocupacionais1.pdf](https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.
- ALMEIDA, M. D. B. de. **Permanência e êxito no ensino médio integrado do IFG Uruaçu**: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes. 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9380>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- ALVAREZ, Karine Rodrigues. Evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal: levantamento de fatores motivacionais e propostas de intervenção. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 10, n. 6, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- ALVAREZ, Karine Rodrigues; ALVES, Suelem Cristina; MATOS, Roberta Pereira. Evasão escolar nos cursos técnicos integrados ao ensino médio da Rede Federal: levantamento de fatores motivacionais e propostas de intervenção. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 10, n. 6, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social2013-pnas-2004-e-normaoperacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas.pdf/download>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social, [s.d.]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, [s.d.]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores Socioeconômicos (2012)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>. Acesso em: 08 jun. 2024.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 08 jul. 2022.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. Políticas de Expansão, Acesso e Permanência na UFPB (1996 - 2012). In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR: OS DESAFIOS DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE, 1., 2017, João Pessoa-PB. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2017. 18 p.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; JEZINE, Edineide; NAKAMURA, Paulo Hideo. **Fatores que influenciam na permanência de alunos em instituições superiores**: estudo-piloto na UFPB. [S.l.]: CCSA - Centro de Ciências Sociais



Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br>. Acesso em: 08 jun. 2024.

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2023.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa; COSTA, Natalia Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147228764.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2009. p. 1-13.

CRUZ, Andréia Gomes; HOURI, Mônica Souza. Centralidade das ações de permanência para enfrentar as taxas de evasão na educação superior. **POIÉSIS: Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina**, Tubarão, v. 11, n. 19, p. 173-187, 2017. DOI: 10.19177/prppge.v11e192017173-187.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2024.

DORE, Rosemary. Evasão e repetência na Rede Federal de Educação Profissional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 37., 2013, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2013. Disponível em: <http://www.reditec.ifal.edu.br/arquivos>. Acesso em: 02 abr. 2023.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. DOI: 10.1590/S0104-40362017000100006.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Como se compreende o ensino médio no sistema nacional de educação (2011). **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 127-141, jan./jun. 2011. DOI: 10.22420/rde.v5i8.52.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos; SILVA, Andreilson Oliveira da. Financiamento da Assistência Estudantil do IFRN: uma relação entre as matrículas e os recursos planejados (2014 a 2019). **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/106364>. Acesso em: 08 jun. 2024.

FÓRUM DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/plano-nacional-de-assistc3aancia-estudantil-da-andifes3.pdf> (link não verificado). Acesso em: 08 jun. 2024.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **IV pesquisa do perfil sócioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Uberlândia: FONAPRACE, 2016. 194 p. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/IV-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 11-38, jan./jun. 2001. DOI: 10.5007/%25x.

GANAM, Eliana Almeida Soares. Desafios da permanência estudantil universitária: Um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de Assistência Estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Acesso em: 08 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

GISI, Maria Lourdes. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006. DOI: 10.7213/rde.v6i17.6740.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, São Paulo, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. DOI: 10.1590/S0101-32622001000300003.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. DOI: 10.1590/0101-6628.109.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Santa Rita/PB**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-rita/panorama>. Acesso em: 08 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Resolução CS nº 16, de 02 de agosto de 2018. Conv. Resol. AR nº 25/2018 - Política de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/prae/defe/principais-normas-e-legislacoes/politica-de-assistencia-estudantil-do-ifpb.pdf/view>. Acesso em: 08 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Edital nº 01/2023 - Assistência Estudantil**: Edital para solicitação de Análise de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Santa Rita, PB, 2023. Disponível em: [https://www.ifpb.edu.br/santarita/editais/assistencia-estudantil/2023/edital-no-01-2023-assistencia-estudantil/edital\\_de\\_ivs\\_2023\\_ifpb-sr.pdf](https://www.ifpb.edu.br/santarita/editais/assistencia-estudantil/2023/edital-no-01-2023-assistencia-estudantil/edital_de_ivs_2023_ifpb-sr.pdf). Acesso em: 08 jun. 2024.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) . **Metodologia de Cálculo dos Indicadores de Fluxo da Educação Superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. 60 p. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/informacoes\\_estatisticas/indicadores\\_educacionais/2017/metodologia\\_indicadores\\_trajetoria\\_curso.pdf](https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf). Acesso em: 08 jun. 2024.

JESUS, Jacqueline Alves de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES nos Institutos Federais de Educação**: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2016.06.D.21511>. Acesso em: 08 jun. 2024.

ARAÚJO, Edinalva José Martins de; DE FARIAS, Maria da Salete Barboza; FELINTO, Jislayne Fidelis. Expansão na Educação Superior e a interface permanência e Programas Acadêmicos de Pesquisa na UFPB. **Revista Cocar**, Belém-PA, v. 12, n. 24, p. 290-315, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1929>. Acesso em: 08 jun. 2024.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa/ pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, Janete Luzia. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos?. **SER Social**, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012. Disponível em: [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v14i31.13024](https://doi.org/10.26512/ser_social.v14i31.13024). Acesso em: 08 jun. 2024.

LIMA, Gillyane Lyndsay Gomes de. **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**: Análise da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18160>. Acesso em: 08 jun. 2024.

LIMA, Maria Celia Nogueira; MELO, Marlene Margarida de Oliveira Lopes. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 24, p. 21-38, 2016. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/990>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LOBO, Maria Beatriz Carvalho de Mello. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNhHhVWg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MACEDO, Georgia Dantas; SOARES, Swamy de Paula Lima. Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para permanência de cotistas na Universidade Federal da Paraíba. **Revista Avaliação**, Sorocaba, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/4028>. Acesso em: 24 ago. 2022.

MADURO SILVA, Denise Bianca; CASTIONI, Remi; THOMPSON MARTÍNEZ, Rogfel. Evasão escolar e os indicadores da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil entre 2003 e 2015. **Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva**, Buenos Aires, v. 11, n. 1, p. 49-67, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625768460004/625768460004.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MAGRONE, Eduardo. Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 353-372, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07 jun. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, educação e escola unitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147226099.

MENDES, Maíra Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Educação da UESC**, Sorocaba, SP, v. 46, n. 2, p. 385-408, dez. 2020. DOI: 10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-407.

MONNERAT, Giselle Lavinas; SOUZA, Rosimary Gonçalves de. Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **SER Social**, Brasília, v. 12, p. 200-220, jan./jun. 2009. DOI: 10.26512/ser\_social.v12i26.12708.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

NUNES, Marina Martins Ribeiro. Resenhas: The consequence of decision-making. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 305-308, jan./abr. 2010.

Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/200>. Acesso em: 08 jun. 2024.

Oliveira, Alessandro Zardini de. **Política de assistência estudantil do Ifes**: ações inclusivas para o acesso, permanência e êxito dos(as) estudantes do Proeja. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: [https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1702/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Pol%C3%ADticas\\_Assist%C3%Aancia\\_Estudantil\\_Ifes\\_Proeja.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/1702/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Pol%C3%ADticas_Assist%C3%Aancia_Estudantil_Ifes_Proeja.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 08 jun. 2024.

Ramalho, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1052>. Acesso em: 08 jun. 2024.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 23, n. 2, p. 405-423, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10>. Acesso em: 05 set. 2021.

RONSONI, Marcelo Luis. **Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim**. In: PEREIRA, T. I. (Org.). Universidade pública em tempos de expansão: entre o vivido e o pensado. Erechim: Evangraf, 2014, p. 17-31.

SANTOS, Gabrielle; FREITAS, Leana Oliveira. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, Vitória, v. 6, n. 2, p. 182-200, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, São Carlos-SP, v. 6, n. 2, p. 166-192, 2018. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA FILHO, Roberto Lobo *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNhHhVWg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; MANCEBO, Deise; SCHUGURENSKY, Daniel. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Educação Em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 205-225, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel da; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral. **Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 521-534, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117157485009/html/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Faculdade de Política Social, Universidade Católica de Pelotas, 2012. Disponível em: [https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA\\_A-Assistencia-Estudantil-no-E ensino-Superior---uma-a-nálise-sobre-as-políticas-de-permanência-das-universidades-federais-brasileiras.pdf](https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assistencia-Estudantil-no-E ensino-Superior---uma-a-nálise-sobre-as-políticas-de-permanência-das-universidades-federais-brasileiras.pdf). Acesso em: 08 jun. 2024.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Acesso em: 03 jul. 2022.

SOUZA, Terezinha Rosa de Aguiar. **Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – Campus Paracatu**. 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2015.10.D.19075>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SOUZA, Jacqueline Domiense Almeida de. **Na travessia: assistência estudantil da educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2017.03.D.23610>. Acesso em: 08 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) - Apresentação**. João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/menu/assuntos/apresentacao>. Acesso em: 08 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Relatório de gestão 2021**. João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://drive.ufpb.br/s/MZSxYgcYtDFcpc#pdfviewer>. Acesso em: 27 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Assistência estudantil na UFPB: orientações gerais**. João Pessoa, 2021. Disponível em: <http://www.ccs.ufpb.br/biomed/contents/arquivos-diversos/apresentacao-assistencia-estudantil-abril-2021.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Edital nº 10/2021 seleção unificada para auxílios estudantis - PRAPE/COAPE/UFPB**. João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/prape/contents/noticias/edital-10-2021-selecao->

[unificada-paraauxilios-estudantis-2021/edital-10-2021-selecao-unificada-para-auxilios-estudantis-2021.pdf](#). Acesso em: 27 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Resolução N° 169/2008-CONSEPE, de 02 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a instituição do programa de bolsas de Assistência Estudantil e regulamenta os procedimentos de concessão, acompanhamento e avaliação do impacto destas no desempenho acadêmico dos alunos beneficiários. Natal, 2008. Disponível em: [file:///home/ifpb/Downloads/Resolucao\\_169\\_de\\_2008\\_1.pdf](file:///home/ifpb/Downloads/Resolucao_169_de_2008_1.pdf). Acesso em: 27 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Edital n° 11/2022.1-PROAE/UFRN**. Natal, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/55839/Downloads/14\\_-\\_EDITAL\\_CRECHE\\_OCULOS\\_E\\_ATLETA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/55839/Downloads/14_-_EDITAL_CRECHE_OCULOS_E_ATLETA%20(1).pdf). Acesso em: 27 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE). **Manual de assistência estudantil**. Recife, 2023. Disponível em: <http://www.progesti.ufrpe.br/sites/www.progesti.ufrpe.br/files/Manual-sede.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: [www.seer.ufu.br](http://www.seer.ufu.br). Acesso em: 15 abr. 2023.

ZAGO, Nadir. Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?format=pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Perguntas que construíram o questionário aplicado com discentes, via *Google Forms*

#### BLOCO 1 – O QUE PENSAM OS ESTUDANTES SOBRE O IFPB

1. Por que escolheu o IFPB?
2. Por que escolheu esse curso?
3. Gosta do curso ou desejaria mudar?

#### BLOCO 2 – AS EXPECTATIVAS, ESTRATÉGIAS E DIFICULDADES PARA PERMANECER NO IFPB

4. Quer entrar logo no mercado de trabalho ou no ensino superior?
5. Existe algum diferencial entre o IFPB e outras escolas?
6. Existem dificuldades para permanecer no curso? Quais?
7. Existem estratégias que ajudam a permanecer no curso?
8. Sua família participa da vida escolar? Ajuda de alguma forma?
9. Você contribui para renda mensal da sua família?

#### BLOCO 3 – O AUXÍLIO ESTUDANTIL

10. Como você teve acesso/conhecimento sobre os auxílios estudantis do IFPB?
11. O auxílio financeiro custeia suas despesas básicas?
12. O que você pensa sobre o processo de seleção do auxílio estudantil?
13. Você conseguiria cursar a graduação/ curso técnico sem a assistência estudantil?



**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E**  
**AValiaÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado (a) PARTICIPANTE DE PESQUISA,

A pesquisadora Iara de Souza Januário, discente do mestrado, convida você a participar da pesquisa intitulada **“O Programa Nacional de Assistência Estudantil e a permanência de estudantes no ensino médio de formação profissional tecnológica”**, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - PPGAES/UFPB, sob a orientação do Prof. Paulo César Géglio.

Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, a sua identificação não será divulgada no estudo.

O objetivo principal desta pesquisa consiste em avaliar a influência do auxílio financeiro para a permanência dos estudantes do IFPB *campi* Santa Rita e João Pessoa. Como objetivos específicos apresentamos os seguintes: analisar a percepção dos estudantes do IFPB sobre os auxílios estudantis; saber a proporção de estudantes que consideram que o recurso é o principal objetivo de permanecerem no IFPB e como utilizam esse auxílio; elaborar um produto derivado da pesquisa.

Os dados dos estudantes do IFPB *campi* Santa Rita e João Pessoa serão coletados através de aplicação de questionário online com 13 questões. O tempo previsto para responder o questionário é de 5 minutos. Os formulários serão enviados por meio de e-mail e aplicativo de mensagens dos estudantes, de acordo com os contatos captados nos registros do sistema utilizado pelo IFPB, a partir da autorização da Direção Geral.

#### **Riscos ao (à) Participante da Pesquisa**

Os riscos relacionados a sua participação são considerados baixos. Podemos citar a possibilidade de constrangimento, vergonha, cansaço e desconforto ao responder o questionário. Para evitar os riscos citados, assegura-se a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas, além de um questionário com poucas perguntas.

#### **Benefícios ao (à) Participante da Pesquisa**

Os benefícios com a sua participação serão indiretos, oferecendo possibilidade de gerar conhecimento, conhecendo a percepção dos estudantes sobre o auxílio financeiro do IFPB, o que pode possibilitar melhorias no processo de implementação e concessão dos auxílios do IFPB.

#### **Informação de contato do responsável da pesquisa**

Nome do pesquisador: Iara de Souza Januário

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

E-mail: [iara.januario@academico.ufpb.br](mailto:iara.januario@academico.ufpb.br)

Endereço: Rua Monteiro Lobato, 345 apto 505, Tambaú, João Pessoa - PB.

Celular: +55 (84) 99610-3851

#### **Endereço e informações de contato do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

Centro de Educação

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – *Campus* I - Cidade Universitária, João Pessoa-PB, CEP: 58051-900

E-mail: [ppgaes@ce.ufpb.br](mailto:ppgaes@ce.ufpb.br)

**Endereço e informações de contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB**

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba

*Campus I* – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: [comitedeetica@ccs.ufpb.br](mailto:comitedeetica@ccs.ufpb.br)

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Ao assinar ao final deste documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação e receberá uma cópia deste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), assinada pelo (a) Pesquisador Responsável.

João Pessoa - PB, \_\_\_/\_\_\_/2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

Aceita participar da pesquisa?  Sim  Não

\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

## APÊNDICE C – Produto Técnico-Tecnológico

Visando uma melhor experiência de leitura, acesse o *link*<sup>2</sup>, que contém o Produto Técnico-Tecnológico.

---

<sup>2</sup> Disponível em:

[https://docs.google.com/document/d/1aRAzGr1BFxFo9RPwks9RogfLo0Cy\\_Vil/edit?usp=drivesdk&oid=109258305706796707430&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/document/d/1aRAzGr1BFxFo9RPwks9RogfLo0Cy_Vil/edit?usp=drivesdk&oid=109258305706796707430&rtpof=true&sd=true). Criado em: 10 jun. 2024.